

Antônio Menezes

Colapsos de **Reciprocidade**



COLAPSOS DE RECIPROCIDADE

analisa as configurações sociais contemporâneas a respeito das trocas sociais com base em relações de reciprocidade. Primeiramente, busca compreender a natureza das vinculações sociais encontradas no tempo presente e seus efeitos na ordenação das práticas sociais. A questão da insegurança emerge como sintoma plausível dos colapsos de reciprocidade, enquanto os arranjos sociais acrescem instabilidades marcadas por frágil adesão a projetos coletivos, culminam em perda de confiança entre pessoas e instituições. Nessa perspectiva, busca apresentar uma visão constitutiva a respeito da reciprocidade como elemento indispensável aos tipos variados de relações sociais e de composição de agrupamentos humanos institucionalizados pela questão da amizade, relacionamento afetivo, família, mundo do trabalho, das organizações e das corporações sociais. Desse modo, laços sociais de baixa densidade e expectativas reduzidas de contrapartida deslocam-se de registros pessoais para os impessoais; dos contatos duradouros para os instantâneos. Os circuitos de reciprocidade e os vínculos coletivos são elementos aos quais se dedica o autor da obra.

O Editor

Colapsos de Reciprocidade

Antônio Menezes

Colapsos de Reciprocidade



|2026|

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Menezes, Antônio

Colapsos de reciprocidade [livro eletrônico] /

Antônio Menezes. --1. ed. -- Aracaju , SE :

Edições Seminalis, 2026.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-987271-7-8

1. Confiança 2. Crítica social 3. Mudança
social - Aspectos políticos - Brasil 4. Relações
humanas I. Título.

26-386523.0

CDD - 302

Índices para catálogo sistemático:

1. Relações humanas : Sociologia 302

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Colapsos de reciprocidade
Antônio Menezes - ISNI 0000000530533665
Edições Seminalis
Copyright 2026

Reservado todos os direitos desta obra.
Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por
qualquer meio ou forma, seja ela
eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer
outro meio de reprodução, sem permissão expressa do
autor

Dedicado ao
Prof. Dr. **Ivan Fontes Barbosa**
(Departamento de Ciências Sociais | UFS)...

...pelos muitos momentos de
fecunda heurística
ao me mostrar como se caminha....!

Sumário

11		É preciso dizer...
18		Contextos
28		Vínculos
57		Reciprocidade
82		Sintomas
98		Afiliações primárias
107		Distributividade
114		...Espantos
126		Referências

É preciso dizer...

Como se configuram as vinculações sociais do tempo presente e quais efeitos produzem na ordenação das práticas coletivas e na confiança entre *peessoas* e *instituições*? Essa questão se tornou cada vez mais necessária nos circuitos da produção do conhecimento acadêmico. No campo das ciências sociais e em educação, as facetas desse fenômeno emergem com insistente pregnância de inquietação que aturde sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, professor(a) e educadores(as).

É que se encontram em qualquer parte, em alarde, os colapsos de reciprocidade. Afinal, a reciprocidade, milenarmente, constitui-se como princípio de ordenação social. E, nas vinculações sociais encontradas no tempo presente, a insegurança, os deslocamentos de laços sociais de alta a baixa mutualidade, a expectativa de encurtamento nas trocas sociais, aparecem como sintomas dos colapsos de reciprocidade.

Todavia, é preciso destacar que a reciprocidade ainda persiste como elemento constitutivo de relações sociais variadas. A tentacularização de expressões dos colapsos de reciprocidade se expande desde registros pessoais, agenciando biografias individuais e coletivas, aos modos contemporâneos de interação social que se tornam cada vez mais seletivos, distributivos em termos de evanescência de responsividade, expectativas e confiança entre *pessoas* e *instituições*. Há sempre uma névoa a contornar as práticas sociais cotidianas no trabalho, na vida privada, em espaços públicos, durante o lazer, entretenimento, aprendizados e formação, *in continuum*.

A reciprocidade recebeu atenção sistemática na antropologia e na sociologia francesas do primeiro quartel do século 20. Marcel Mauss publicou em 1925 o *Ensaio sobre a dádiva*, no qual a troca de presentes aparece como *fato social total* que obriga a *dar*, a *receber* e a *retribuir*. O tex-

to surgiu no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial, quando a reconstituição de laços sociais se mostrou necessária diante de desordens coletivas. A análise de Mauss colocou a reciprocidade no centro da vida social arcaica e, por extensão, de toda sociedade.

Claude Lévi-Strauss retomou o princípio da reciprocidade em 1949 nas *Estruturas elementares do parentesco*. A obra foi elaborada no ambiente intelectual do pós-Segunda Guerra e da consolidação do estruturalismo. Lévi-Strauss tratou a proibição do incesto e a troca de mulheres como mecanismos que geram *alianças duradouras* entre grupos. Nesse contexto, a reciprocidade passou a ser vista como condição de passagem da natureza à cultura. Nas décadas seguintes, Niklas Luhmann examinou a *confiança* como redução de complexidade em sistemas sociais. A publicação de *Trust and Power* em 1979 situou a reciprocidade no interior de sociedades diferenciadas e complexas.

Mais recentemente, Anthony Giddens, em 1990, associou a confiança a sistemas abstratos da modernidade. A obra *The Consequences of Modernity* nasceu no debate sobre descontinuidades entre tradições pré-modernas e instituições modernas. Robert Putnam documentou, em 2000, o *declínio* do capital social nos Estados Unidos. Em *Bowling Alone* registrou a *erosão de associações*

voluntárias e de confiança interpessoal desde meados do século 20. Que não nos esqueçamos de Zygmunt Bauman que publicou *Liquid Modernity* no mesmo ano. O livro descreveu *vínculos fluidos e frágeis* próprios da modernidade líquida. Esses marcos temporais e geográficos mostram como a reciprocidade foi sucessivamente *deslocada* do terreno das sociedades arcaicas para o das sociedades contemporâneas, sempre em resposta *a crises de integração social*. Mas, o que se nos ocorre nos fluxos dos dias?

As vinculações sociais do tempo presente caracterizam-se por densidade reduzida e por adesão frágil a projetos coletivos. A ordenação das práticas sociais *perde estabilidade* quando as expectativas de contrapartida se *enfraquecem*. Emergem tipicalidades: (a) os circuitos de reciprocidade deixam de sustentar laços de longa duração; (b) as relações passam a operar em registros de baixa intensidade e/ou mutualidade; (c) a confiança entre pessoas e instituições se dilui; (d) os agrupamentos humanos se reorganizam em torno de contatos instantâneos. Desse modo, a *insegurança* emerge como efeito direto dessa reconfiguração no qual a *perda de adesão* a projetos coletivos marca o cotidiano das interações. Logo, os arranjos sociais crescem *instabilidades* afetando a ordenação das práticas sociais que se tornam precárias.

Entendo que a insegurança expressa-se como sintoma dos colapsos de reciprocidade. A fragilidade de laços sociais reduz a previsibilidade das interações entre *pessoas* e *instituições*. A perda de confiança se generaliza de modo que os arranjos sociais perdem capacidade de estabilizar expectativas, seja por meio de adesão esporádica a projetos coletivos, seja pela maleabilidade marcada pela *aparição* e *sumiço* de interesses manifestos em situações públicas.

A ordenação das práticas sociais se vê afetada por instabilidades crescentes. Note-se que a *insegurança* advinda desse processo se manifesta tanto em esferas íntimas, quanto em esferas públicas. E, não se pode desconsiderar que a diluição dos circuitos de reciprocidade amplia a sensação de riscos de todo tipo: sociais, pessoais, institucionais, ecológicos, existenciais, financeiros, políticos, éticoestéticos. Assim, a *confiança* em sistemas abstratos se enfraquece de tal maneira que esses processos convergem para a percepção crítica de colapso em toda parte. O que isso significa?

Significa que a reciprocidade opera como elemento constitutivo de relações de amizade, relacionamentos afetivos, organiza vínculos familiares, estrutura o mundo do trabalho e regula organizações e corporações sociais. A reciprocidade garante a composição de agrupamentos humanos institucionalizados. E, ante a ausência

cada vez mais frequente do que chamamos de *contrapartida* desestabilizam-se em cada uma dessas esferas. Sem dúvidas, a reciprocidade atravessa do pessoal ao impessoal permanecendo como condição de possibilidade das vinculações sociais contemporâneas.

Contudo, existem deslocamentos dos laços sociais de alta a baixa mutualidade e de registros pessoais a impessoais. Os laços sociais de alta densidade mútua dão lugar a laços de baixa densidade. As expectativas de contrapartida se reduzem. Os contatos duradouros cedem espaço aos contatos instantâneos. Em complemento, os registros pessoais se deslocam para registros impessoais e, então, os circuitos de reciprocidade se fragmentam. Os vínculos coletivos se enfraquecem. A ordenação das práticas sociais se reconfigura sob o signo da precariedade. E, mais uma vez, a confiança se torna seletiva e temporária. Então, questiono, quais efeitos as vinculações sociais do tempo presente produzem na ordenação das práticas coletivas e na confiança entre pessoas e instituições?

Diante do exposto, *Colapsos de reciprocidade* - o livro - pretende contribuir para o entendimento das dinâmicas que afetam diretamente as relações humanas, oferecendo uma análise que conecta o passado ocidental às angústias do Brasil contemporâneo. É uma obra voltada ao interesse de soció-

logos, antropólogos, psicólogos, administradores, cientistas da informação e ao professorado. Em particular, dedico-a aos pedagogos e pedagogas que atuam diretamente com enorme contingente de crianças das novas gerações que aturdem a todos nós, filhos do tempo assimétrico, vibrátil, intempestivo e de volatilidade, labilidade e sumiço de breviário sussurro. Que tenhamos persistente vontade de entender e de agenciar, com dialogia, os efeitos que *Colapsos de reciprocidade* possa em cada um de nós reverberar, fazer eco, em arranhaduras de profunda superfície, em trilhas novas, inesperadas. Boa leitura!

Antônio Menezes

agosto de 2026

Contextos

Os *colapsos de reciprocidade* surgem pelos (des) encontros com o declínio das práticas de trocas mútuas. Para entender a fenomenologia social que os caracteriza, torna-se imprescindível concentrar análises em torno das relações de confiança, vontade e propósitos partilhados entre pessoas e/ou instituições que, de um modo ou de outro, *estruturaram* os vínculos sociais. Os rastros de tais manifestações emergem com explícita concreticidade nos dias de hoje. Dessa maneira, prolongam-se e afetam as práticas sociais contemporâneas.

Nesse sentido, estamos diante de trajetória histórica complexa, cujas raízes se encontram nas transformações do mundo ocidental e cujas manifestações se intensificam na história recente do Brasil. A história do mundo ocidental abarca sucessão de mudanças que, ao longo dos séculos, corroeram as bases da reciprocidade. Justifico. Entendo que, na modernidade, durante a transição das sociedades feudais para as economias mercantis, consolidada entre os séculos 15 e 17, encontramos os primeiros traçados do desgaste nas relações de trocas sociais mútuas. Por quê? Porque, nesse período, o comércio transatlântico e as navegações expandiram os horizontes econômicos, mas deslocaram as trocas comunitárias baseadas na retribuição direta para relações regidas pelo lucro e pela acumulação. O surgimento das cidades mercantis afetou laços de vizinhança e compromissos de longo prazo, de modo que, progressivamente, foram cedendo espaço a transações anônimas e orientadas pelo mercado.

A Revolução Industrial, iniciada no final do século 18 na Inglaterra, aprofundou essas transformações. A mecanização da produção e a concentração de trabalhadores em fábricas urbanas romperam os sistemas de subsistência rural, nos quais a ajuda mútua entre famílias e aldeias era uma norma estabelecida. As condições de trabalho nas manufaturas, marcadas por jornadas

exaustivas e salários mínimos, dificultaram a manutenção de redes de apoio, enquanto a migração para os centros industriais fragmentou as comunidades tradicionais. Esse período também é marcado pelo avanço do liberalismo econômico, que, com a publicação de ideias sobre a *mão invisível* do mercado¹ em 1776, legitimou a priorização do interesse individual sobre os compromissos coletivos.

No século 19, o *imperialismo europeu* intensificou os colapsos de reciprocidade. As relações assimétricas entre colonizadores e colonizados tipificam o argumento. Foi o caso da exploração de recursos na África e na Ásia, como a extração de borracha no Congo Belga a partir de 1885, que, baseado na coerção e na desigualdade, eliminou as possibilidades de trocas equitativas. Esse modelo exportou para as colônias uma lógica que, ao retornar ao Ocidente, reforçou a percepção de que as relações humanas poderiam ser reduzidas a cálculos de poder e benefício. Além disso, a Primeira

1 Refiro-me a Adam Smith, em *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, traduzida no Brasil para **A Riqueza das Nações**. O termo “mão invisível” descreve o mecanismo pelo qual cada indivíduo passa a orientar suas decisões e práticas em torno do próprio interesse econômico. Em um mercado livre, acaba envolvendo-se em concorrência cuja dinâmica os preços coordenam a alocação de recursos de forma a não se ter percepção direta de necessidades, manobras e artifícios advindos do planejamento central que provém do Estado.

Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) consolidaram essa tendência, ao exacerbar a competição entre nações e indivíduos. Nesse contexto, é importante ressaltar que os tratados de paz, como o *Tratado de Versalhes*, em 1919, priorizaram interesses geopolíticos sobre a restauração de laços de cooperação, enquanto a destruição em massa, genocídios, deixou cicatrizes de desconfiança que perduram até o presente.

A Guerra Fria (1947-1991) representou outro ponto de inflexão. A divisão do mundo em blocos antagônicos, liderados por Estados Unidos e União Soviética, alimentou uma cultura de suspeição e rivalidade que se infiltrou nas relações interpessoais. A corrida armamentista e a espionagem, simbolizadas por eventos como a Crise dos Mísseis de Cuba em 1962, substituíram a ideia de interdependência por um clima de tensão permanente. Paralelamente, o avanço do consumismo nas sociedades ocidentais, impulsionado pelo acesso popular à publicidade a partir dos anos 1950, reorientou os valores sociais para o acúmulo de bens materiais, enfraquecendo os laços baseados na retribuição e no apoio mútuo.

No final do século 20, a queda do Muro de Berlim em 1989 e a subsequente expansão do neoliberalismo marcaram uma nova fase de fragmentação. A desregulamentação dos mercados financeiros e a redução do papel do Estado nas eco-

nomias ocidentais, evidentes na crise das dívidas soberanas europeias dos anos 1980, priorizaram a competição sobre a cooperação. Indispensável trazer à tona *a crise financeira global de 2008*, desencadeada pelo colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos, que, ao meu ver, expôs as fragilidades desse modelo. Bancos faliram, famílias perderam moradias e a confiança nas instituições econômicas desmoronou, evidenciando como as relações humanas haviam sido subordinadas a lógicas especulativas, distantes de qualquer compromisso de retribuição.

A revolução digital, consolidada com a popularização da internet nos anos 1990, introduziu uma dimensão adicional. A criação de plataformas como o Facebook em 2004 e o Twitter em 2006 transformou as interações sociais, substituindo encontros presenciais por conexões virtuais frequentemente instáveis. A lógica dos algoritmos, que privilegia a visibilidade e a instantaneidade, dificultou a construção de laços duradouros, enquanto a exposição constante a notícias de crises – como os ataques de 11 de setembro de 2001 e a pandemia de COVID-19 em 2020 – alimentou um senso de insegurança que corroeu a *disposição para confiar no outro*. Esses eventos e movimentos sedimentaram os colapsos de reciprocidade no Ocidente, configurando um presente marcado pela fragmentação e pela incerteza.

No Brasil, a história recente reflete e amplifica os colapsos de reciprocidade observados no mundo ocidental. É preciso notar que os colapsos de reciprocidade apresentam tipicalidades de singularização, entrelaçando dinâmicas locais de perda de confiança, medo e insegurança. Destacam-se, nessa perspectiva: (a) a redemocratização em 1985, que foi um marco de esperança, mas também de tensões, após duas décadas de ditadura militar (1964-1985); (b) a Constituição de 1988 que prometeu direitos sociais amplos, mas sua implementação enfrentou resistências estruturais; (c) a Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, no qual 19 trabalhadores rurais sem-terra foram mortos por policiais no Pará, que, diante de todos nós, explicitou a fragilidade das instituições em mediar conflitos e proteger os cidadãos, gerando um clima de desconfiança nas relações entre sociedade e Estado.

A abertura econômica dos anos 1990, iniciada sob o governo de Fernando Collor, intensificou essas fissuras. A privatização de empresas estatais, como a Telebrás em 1998, e a entrada de produtos importados enfraqueceram os setores industriais nacionais, resultando em desemprego e precarização do trabalho. Nas periferias urbanas, a ausência de políticas públicas consistentes alimentou redes informais de sobrevivência e também o aumento explícito da violência. O crescimento

das facções criminosas, como o Comando Vermelho e o PCC, a partir dos anos 1990, reflete essa dinâmica. O controle de territórios por grupos armados, evidente na guerra do tráfico no Rio de Janeiro nas décadas de 2000 e 2010, substituiu a confiança mútua pelo medo, enquanto a população, refém da insegurança, passou a *enxergar o outro como ameaça*.

Recentemente, a crise política dos anos 2010 aprofundou esse cenário. As manifestações de junho de 2013, inicialmente motivadas pelo aumento das tarifas de transporte em São Paulo, expressaram um descontentamento generalizado com a classe política. Contudo, a repressão policial e a polarização subsequente fragmentaram o movimento, transformando a solidariedade inicial em desconfiança entre os próprios manifestantes. O impeachment de Dilma Rousseff em 2016, seguido pela Operação Lava Jato, expôs esquemas de corrupção que abalaram a fé nas instituições democráticas. A eleição de 2018, marcada por discursos de divisão e pela disseminação de notícias falsas nas redes sociais, consolidou um ambiente de hostilidade, no qual a reciprocidade foi suplantada por narrativas de “nós contra eles”. Porquanto, infelizmente, ainda temos mais ocorrências que a todos nos afetam.

A crise econômica de 2014-2016, com a queda do PIB em 3,5% em 2015 (IBGE, 2016), agravou

a insegurança material. O desemprego, que atingiu 13,7% em 2017, e a inflação corroeram a capacidade das famílias de manter redes de apoio, enquanto o aumento da violência urbana – com 63.880 homicídios em 2017 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018) – intensificou o medo. A Chacina de Jacarezinho em 2021, na qual 28 pessoas foram mortas em uma operação policial no Rio de Janeiro, exemplifica como a brutalidade estatal perpetua a percepção de um ambiente hostil, no qual confiar no outro ou nas autoridades torna-se inviável.

A pandemia de COVID-19, deflagrada em 2020, agravou ainda mais essas tensões. A resposta descoordenada do governo federal, marcada por atrasos na compra de vacinas e negacionismo, contrastou com iniciativas locais de doação de alimentos em favelas, como o movimento “Mães da Favela” em 2020. No entanto, a desigualdade no acesso à saúde – com 13,5% da população sem saneamento básico em 2020 (IBGE, 2021) – limitou a extensão dessas ações, reforçando a insegurança entre os mais vulneráveis. O isolamento social, combinado com a polarização política, ampliou o uso de redes sociais, que, durante as eleições de 2022, disseminaram desinformação e aprofundaram a desconfiança interpessoal.

Por fim, é preciso compreender que tais eventos recentes ocorridos no Brasil inter-rela-

cionam-se com os colapsos de reciprocidade no Ocidente, mas possuem especificidades locais. E nosso brasileiro *modo de olhar, experienciar, sentir e agir* diante das situacionalidades cruzam-se em *zigue-zague*, fazendo encruzilhadas, trôpegos passos, irrisão, (in)fecundidades. Corroboro com Jessé Souza quando, sociologicamente, analisa a herança da escravidão no Brasil, formalmente abolida em 1888, cujos efeitos persistem na segregação racial e espacial, alimentada pela classe média brasileira com uma faceta excludente, autoritária, herdeira de cinismo crasso que se *agita nos braços de Cerberus*², agonizando em *memento mori* – lembra-te de que vais morrer? - em

2 Utilizo o recurso semióticopoético de *Cerberus*, o cão de três cabeças que guarda a entrada do submundo na mitologia grega porque apresenta um tal estado de congruência com as observações diretas que faço da tessitura das práticas sociais contemporâneas no que se refere à *classe média brasileira*, no conflito que expressa em sua áspera autopercepção. Na metáfora, a servidão de Cerberus a Hades como as tentacularidades do Estado neoliberal: (a) são absolutamente leais a Hades: servem sem questionar; (b) vivem em vigilância constante: nunca dormem e permanecem alerta; apresentam ferocidade seletiva: acolhem os mortos que entram no circuito de suas deturpações de autoridade social, mas atacam com violência quem tenta sair ou os vivos não autorizados; (c) são extremos em questão da territorialidade: defendem rigidamente o limite entre o mundo dos vivos e o dos mortos, ou seja, daqueles que pertencem ou não a classe média; (d) são intransigentes: não negociam nem cedem, salvo quando dominado pela força (Héracles) ou iludido (música de Orfeu, bolo da Sibila).

conflito de consciência da finitude e dos limites sociais que artificializam para se distinguir de toda gente. Por isso, é preciso refletir a respeito de barreiras históricas, desde longas datas até os dias em corrente fluxo, que afetam direta ou indiretamente a confiança mútua, as relações de reciprocidades. Não nos esqueçamos da violência urbana, exacerbada pela desigualdade e pela militarização das periferias, que transforma o medo em um obstáculo às trocas recíprocas; a crise das instituições, evidenciada pela corrupção e pela repressão, que mina a expectativa de retribuição nas relações com o poder público, enquanto a instabilidade econômica alimenta a insegurança que impede compromissos de longo prazo. Mas, o que nos une? Ao que e *a quem* nos vinculamos e com base em quais elementos?

Vínculos

Em todos os tempos as sociedades dependem de vínculos para consolidar sistemas organizativos que lhes permitam configurar relações sociais minimamente estáveis. Os agentes sociais individuais e seus coletivos existem como pluralidades orientadas a determinados propósitos - partilhados ou não - que os tornam dependentes entre si. Nesse sentido, os vínculos decorrem de interdependências que exercem coerção recíproca e geram gradientes de poder capazes de organizar a vida comum. Em tal perspectiva, as cadeias de

interdependência se alongam no tempo histórico e elevam a complexidade organizativa, de modo que configurações concretas como famílias, estratos e estados constituem formações sociais que se erigem como instituições. Por isso mesmo, é que falamos em instituintes, instituídos e institucionalidades. Inclusive porque existem *processos não planejados* de entrelaçamento de planos e ações que agenciam uma tal ordem relacional que a estabilidade mínima emerge de teias figuracionais, operando em sistêmica distributividade que afetam as ordenações sociais de modo típico, não simplista ou reduzido a hierarquização, estruturas e funções sociais. Corroboro com Elias (1994) quando afirma que a estabilidade não se apoia em estruturas fixas, mas no equilíbrio móvel de tensões que mantêm os indivíduos ligados.

Entendo que as teorias sociológicas interessadas nas vinculações sociais são marcada por cruzamentos conceituais. Todas elas perfilam complexidades quanto aos modos de interconexão requerida, atualmente. Nesse ínterim, é necessário destacar que o conceito de configuração cruza indivíduo e sociedade em uma mesma instância. Então, para entender sociologicamente as expressões de tipicidade dos vínculos e das vinculações sociais, analiso as interconexões como indispensáveis uma vez que nenhum ser humano existe fora de teias de dependência.

Em conformidade com tais premissas, os cruzamentos entre *processo e estrutura* geram dinâmicas sociais que abarcam escalas de micro ou macro dimensões. O fato é que ambas se interpenetram em cadeias de fusão e tensões variáveis. Desse modo, os equilíbrios de poder assimétricos complexificam os modos de ligação e a sobreposição de múltiplas configurações produz ambivalências relacionais. É imprescindível reconhecer que a complexidade caracteriza-se pela mutabilidade permanente das interconexões (ELIAS, 1990; ELIAS, 2001).

Genericamente, entende-se por *vínculos* quaisquer elementos configuracionais que regulam as interações entre pessoas, instituições e coletividades quando ocorre equivalência, perdurância ou estabilidade das condutas partilhadas na existência comum. No entanto, quando falamos de vínculos sociais é indispensável distinguir situações de pureza antagônica e situações de possível benefício mútuo. Pureza antagônica indica ganho exclusivo às custas do outro e benefício mútuo indica ganho compartilhado. Em efetivo, com base nesses parâmetros, cada agente escolhe entre cooperar ou desertar com base em maior ou menor ausência de confiança, após reiteradas experiências. Logo, os vínculos abarcam tanto a suspeição quanto o absenteísmo nas interações sociais. De pronto, emergem

como respostas racionais, sob o regime de seletividade, condutas eletivas, rupturas e rearranjos.

Contudo, as vinculações sociais constituem nexos que ordenam trocas entre indivíduos, grupos e instituições sob o princípio da **troca recíproca**, *ut des*³. Tal princípio estabelece a base de toda troca social, pois a entrega - ou partilha - de um bem ou de um gesto exige retorno equivalente, de modo que se sustente a continuidade do laço almejado. Ninguém que jamais retribuiu quaisquer tipos de entrega, voluntária ou involuntariamente, fará parte do sistema típico às ordenações sociais recíprocas. Nesse sentido, a ordem das práticas coletivas de maior ou menor abrangência de agentes sociais individuais depende dessa equivalência, sob pena de ruptura imediata do nexo, e por isso a vinculação se torna condição de existência do agrupamento humano.

Quando falamos em vinculações sociais o que lhes distingue enquanto conceito e características em diferentes épocas e em sociedades simples/arcaicas até as sociedades complexas/contemporâneas são modos específicos de arranjos com base em um mesmo princípio: a reciprocidade. Mas, o que mudou ao longo do tempo?

3 Expressão latina que significa “dou para que dê”.

Em sociedades arcaicas a reciprocidade opera como **fato social total**. Trata-se, pois, de qualquer ocorrência que mobiliza o conjunto da organização societária de modo integral e simultâneo em múltiplas dimensões da convivência cotidiana em sua extensão possível. Na sociologia mausiana, entende-se que o fato social total opera pela interligação de obrigações que se reforçam mutuamente. A entrega de um bem ou de um gesto exige retorno, pois a ausência de contrapartida quebra o equilíbrio requerido aos vínculos ou laços sociais. Em tal perspectiva, o chamado *espírito da dádiva*⁴ se converte em instrumento de continuidade. Por isso mesmo, as alianças que dele nascem se prolongam no tempo, sob o peso da memória coletiva, e por isso o laço social adquire estabilidade superior a qualquer acordo isolado, de modo que a *reciprocidade* nas socie-

4 Para Marcel Mauss o **espírito da dádiva** obriga a retribuição nas vinculações sociais, uma vez que designa a força inerente à coisa doada que permanece ligada ao doador. Em outras palavras, a *coisa dada* carrega parte da pessoa que a entregou, pois a separação entre objeto e sujeito não se completa e assim a retribuição se torna obrigação inescapável. O laço se mantém vivo sob a presença desse espírito, e por isso a ausência de retorno equivale a ruptura hostil do nexu. Vale destacar ainda que o *espírito da dádiva* atravessa o ciclo inteiro da troca. A entrega inicial instaura a dívida, pois o espírito exige retorno e assim o receptor se vê amarrado ao doador. A retribuição fecha o circuito, sob a mesma força que o abriu, e por isso a dádiva se converte em instrumento de continuidade coletiva.

dades arcaicas penetra cada instância da existência dos membros de um grupo social⁵.

Entendo que nas formações contemporâneas o fato social total se refaz em tensões de arranjos inevitáveis. Primeiro, a diferenciação funcional entre sistemas antropossociais multiplica, elicia e posiciona para a emergência de sistemas autônomos em larga escala; porquanto, cada esfera se governa por códigos próprios ou neutros, tornando inviável a reciprocidade total sob forma de concretização de expectativas dos envolvidos em processos de mutualidade ou trocas sociais. Depois, entendo que os mecanismos de redução das trocas sociais, como a impessoalidade, burocracia, protocolos e sistemas jurídicos, passam a substituir a obrigação pessoal de retribuição, sob a forma de procedimentos padronizados. Em decorrência a tais aspectos a *vinculação mainstream*, ou seja, as formas hegemônicas de ligação entre atores sociais marcada por seletividade provisória e escassa intensidade de ônus recíproco em escala ampla, passa a mitigar a totalidade que

5 Notemos que a dádiva obriga a dar, a receber e a retribuir e gera alianças duradouras. A obrigação de retribuir fecha o ciclo da troca, pois a ausência de retorno equivale a hostilidade e assim a dádiva se converte em instrumento de paz. As alianças que dela nascem atravessam gerações, ratifico, sob o peso da memória coletiva, e por isso o laço adquire estabilidade temporal superior a qualquer contrato formal.

caracterizava a reciprocidade como eixo de inter-retroalimentação grupal ou coletiva.

Existem certas expressões de densidade mútua relativas aos *colapsos de reciprocidade* que eliciam as vinculações sociais. É o caso da vigilância recíproca, os contatos de longa duração e as obrigações pessoais nominadas. Entendo que as expressões de densidade mútua sustentam laços de elevada mutualidade e prolongam os contatos no tempo. Dessa maneira, a vigilância recíproca mantém cada agente sob o olhar do outro, pois qualquer falha quebra o equilíbrio e assim a expectativa de contrapartida permanece íntegra, principalmente através de contatos de longa duração. Por que? Porque os contatos de longa duração acumulam memória grupal, sob a reiteração de interações *face a face*, e por isso o nexos adquire espessura temporal. São tais quais *obrigações pessoais nominadas* que amarram o indivíduo ao grupo por *laços de nome e de palavra*, pois a traição implica exclusão e a confiança se transmite sem mediação abstrata.

A presença constante nos circuitos das trocas sociais e a retribuição integral reforçam expectativas de coesão, sob o peso da interdependência cotidiana, valorativa ou não, e por isso a densidade mútua se converte em condição possível das vinculações sociais de alta intensidade.

Nesse veio, nas sociedades complexas a con-

fiança desloca-se para sistemas abstratos e perde o **lastro biográfico**. Quando falamos em lastro biográfico estamos fazendo referências ao conjunto de experiências pessoais e memórias concretas que ancoram a confiança no conhecimento direto do Outro. Os sistemas abstratos oferecem garantias impessoais, pois o indivíduo confia em instituições e não em pessoas concretas e assim o lastro biográfico se esvai. Nesses termos, a *perda do lastro biográfico* torna a confiança frágil, sob a ameaça de falha sistêmica, e por isso o laço se torna revogável a qualquer instante.

Reafirmo que os laços de alta mutualidade cederam lugar a laços de baixa densidade. A alta mutualidade exigia presença constante e retribuição integral, pois qualquer falha quebrava o equilíbrio e assim o laço se mantinha sob tensão permanente. Ao contrário, a baixa densidade permite intermitência e seletividade, sob o regime da **conveniência**, e por isso a vinculação se torna leve e descartável. É preciso não perder de vista que os registros pessoais migraram para registros impessoais. Passa-se do rosto e do nome de indivíduos identificáveis às categorias e códigos jurídicos sob a lógica da burocracia, e por isso a vinculação social se esbarra com o *sumiço* e/ou *apagamento* da face concreta do Outro.

Vínculos ou vinculações sociais *colapsam* quando os contatos duradouros encurtam-se e se

transmutam em contatos instantâneos. É que os contatos duradouros exigiam tempo e reiteração, pois a confiança se construía no decorrer de anos e assim o laço ganhava profundidade; já os contatos instantâneos se esgotam no ato mesmo da troca, sob a pressão da velocidade, e por isso a vinculação se reduz a um instante sem memória. Emerge titubeios quanto às expectativas, demandas e necessidades. Em particular, entendo que a expectativa de contrapartida enfraqueceu e a adesão a projetos coletivos tornou-se opaca.

Desde épocas remotas, a expectativa de contrapartida sustenta o cálculo da troca, pois o retorno era certo e assim o agente se comprometia sem reserva. Quando esse sistema falha, colapsa, a adesão a projetos coletivos se torna cada vez mais frágil, uma vez que, sob o signo da provisoriedade, o indivíduo hesita antes de se vincular a qualquer causa comum. Nesse sentido é que o estoque de confiança acumulada erodiu-se e as associações voluntárias perderam vigor; sob a ausência de adesão duradoura, o tecido associativo se rarefez até o estado de quase invisibilidade.

Parafraseando Zygmunt Bauman, os *vínculos fluidos* da modernidade líquida tornaram-se a norma. Certamente, isso nos faz questionar a dissolução de qualquer forma fixa e a adaptabilidade majorante dos vínculos sociais encontradas em cada novo interesse, ao escrutínio de acelera-

das mudanças nos repertórios contemporâneos de reciprocidade. Deriva-se, pois, desse cenário a passagem de uma reciprocidade obrigatória, orientada a determinados fins, para uma reciprocidade seletiva, temporária e de baixa intensidade.

A reciprocidade obrigatória atinge a vida inteira, desde o nascimento à finitude existencial. Em oposição, a reciprocidade seletiva, temporária e de baixa intensidade opera por escolha e por prazo, sob o regime da conveniência. E, diante desses contornos, nuances e tracejos advindos da análise psicossociológica, certamente, os modos de expressão da vinculação contemporânea se reduzem a um cálculo de curto alcance. É o caso encontrado a respeito dos vínculos e das vinculações sociais do tempo atual nas esferas da amizade, do afeto, da família, do labor e das instituições coletivas. Insisto em questionar: quais tensões essa configuração expressa para a existência individual e coletiva?

Amizade

A amizade contemporânea se forma por critérios *sui generis*: afinidade imediata e disponibilidade ocasional. Não é difícil encontrar alterações nos modos de configuração, arranjos e tipificação de vinculações sociais ligadas a amizade. Existem características predominantes: (a) o encontro entre

peças ocorre em intervalos irregulares e se limita a interesses compartilhados de curta duração; (b) a ausência de reiteração constante enfraquece qualquer expectativa de apoio contínuo; (c) o agente social individual permanece livre para interromper o contato sem justificativa prolongada; (d) a ligação se dissolve quando a conveniência mútua desaparece e deixa pouco residual de obrigação.

Essa configuração produz isolamento disfarçado de liberdade. Experimenta-se a *liberdade de entrada* e a *liberdade de saída* das vinculações recém-agenciadas com intensiva *soltura* e frouxidão de aproximação, envolvimento ou retomada dialógica de interesses comuns. Nesse contexto, os agentes sociais individuais contemporâneos experimentam condição permanente de desamparo. Ao mesmo tempo que permanecem livres para interromper o contato sem justificativa prolongada, sem nenhum residual de obrigação, orientam-se em direção de possibilidades inequívocas de abandono súbito, sem explicação.

Contudo, diante da necessidade de apoio contínuo às errâncias nas quais transitam, observam que os contatos disponíveis se limitam a interesses de curta duração, mantido a intervalos irregulares. Os agentes sociais individuais lidam diretamente com a **conveniência mútua**, aquela que sustentam intensivamente nas redes sociais, tal qual ligação que já desapareceu e sobeja o eterno retorno

com as mesmas evanescentes aparições. Assim, o suporte efetivo se revela inexistente. O que se apresenta como autonomia se converte em solidão estrutural, de modo que acumulam interações nominais, quase sempre sem dispor de rede capaz de responder em situações de vulnerabilidade.

A *liberdade de não se prender* se torna a impossibilidade de ser sustentado, visto, acolhido. Enquanto o isolamento se instala sob a aparência de escolha individual e de independência, a superficialidade das interações **impede** a construção de confiança sólida. O custo emocional é enorme. A amizade, então, reduz-se a um recurso descartável e a solidão se instala como condição estrutural da vida cotidiana. Portanto, colapsa, *deixa vazios* e subtrai responsividade, alocando emocionalidades furtivas em efeitos cumulativos de desconfiança, medo e cegueira às alteridades. A revogabilidade dos contatos enche-se de um *sem-sentido* comum, partilhado com insegurança.

Relacionamentos afetivos

Os relacionamentos afetivos se orientam por escolhas individuais sujeitas a revisão permanente. Desse modo, a escolha do companheiro se fundamenta em critérios de satisfação pessoal e de compatibilidade momentânea. É possível encontrar dinâmicas típicas às plataformas digitais

em interações sociais ocorridas pela presença *default*, nas quais as relações de arranjos afetivos ocorre seletivamente, envolvendo condutas que abarcam deslizamentos rápidos - evitação imediata, rejeição ou identificação eletiva - sobre perfis, *online* ou *offline*, reduzidos a imagens e trocas comunicacionais curtas. Destaque-se que a decisão por esse ou aquele perfil se realiza em segundos. Na contemporaneidade, a permanência do Outro depende da capacidade de oferecer retornos compatíveis com as expectativas em vigor.

Aliás, a duração do vínculo depende da manutenção de um equilíbrio de retornos emocionais práticos. O relacionamento se sustenta apenas enquanto ambas as partes consideram que os benefícios superam os custos envolvidos. Emerge, pois, comparação constante com outros perfis disponíveis sob forma de ampliar a percepção de opções alternativas. Nesse contexto, entendo que a ausência de equilíbrio provoca tensão e prepara o terreno para a ruptura. Conforme aponte a respeito dos vínculos, a interrupção ocorre com facilidade quando esse equilíbrio se rompe. A dissolução de vínculos afetivos, hoje, socialmente, não exige justificativa elaborada. É bastante comum o desaparecimento súbito de contatos que se generaliza nas interações iniciadas por aplicativos. De acordo com Bankmycell (2025) dados re-

centes indicam que 74% das pessoas que utilizam plataformas de encontro já passaram por essa experiência ao menos uma vez. Entre as gerações mais jovens a proporção alcança 84%. O agente social individual simplesmente encerra o contato e se afasta.

Quero destacar que é, também possível que os agentes preservem a possibilidade de recomeçar com outro parceiro sem lastro de continuidade anterior. Portanto, a biografia afetiva se fragmenta em sequências sucessivas de vínculos. Cada novo relacionamento se inicia como se o anterior não tivesse deixado marcas e, de certo, a ausência de continuidade impede a acumulação de experiência compartilhada. Diante do exposto, essa lógica transforma o afeto em cálculo de custo e benefício. O sentimento se subordina a operações de avaliação permanente. O outro se converte em fonte de retornos mensuráveis. E, nesse sentido, a doação se reduz à transação sujeita a auditoria contínua.

Todavia, a *insegurança permanente* mina a possibilidade de construção de projetos de longo alcance. A ameaça de interrupção súbita impede o planejamento conjunto, de modo que os agentes sociais individuais hesitam em investir recursos emocionais e materiais em algo que pode se desfazer a qualquer instante. É por isso que a projeção de futuro comum se torna frágil. Nessa perspecti-

va, a pessoa vive sob a ameaça constante de abandono e sob a pressão de manter atratividade contínua. O medo de ser substituído obriga o indivíduo a vigiar a própria imagem. E não somente isso, a necessidade de permanecer desejável se transforma em exigência permanente.

O quadro descrito anuncia o desgaste psíquico acumulado, originado das minudências até aqui expostas. Para a Forbes Health (2024), 78% dos usuários de aplicativos de relacionamento relatam exaustão emocional, mental ou física decorrente do uso dessas plataformas. O fato é que o sofrimento psíquico se intensifica diante da fragilidade dos laços. A capacidade de confiar se erode e a existência afetiva se torna campo de permanente vigilância e de antecipação de perda. Dessa maneira, o indivíduo permanece em estado de alerta constante sem deixar de se manter ativo pela possibilidade de perda que se internaliza como expectativa estrutural. Mas, por que isso ocorre?

Entendo que a origem dos relacionamentos nas redes sociais amplifica esses efeitos. As plataformas criam um ambiente de oferta *aparentemente* ilimitada. E, emerge nos agentes sociais individuais a percepção de que sempre existe alguém mais compatível a poucos deslizamentos de distância. O confronto e a comparação permanente reduzem a disposição para o investimento profundo da afetividade. Lembremos que nos anos de 2020 e 2021

o isolamento sanitário elevou de modo acentuado o uso de aplicativos. Muitos vínculos se iniciaram e se encerraram exclusivamente no ambiente digital. E, efetivamente, a *ausência de presença física* enfraqueceu a construção de confiança.

Entretanto, emergem arranjos outros que nos faz refletir sobre esse processo. O Match Group (2025 e 2026) apresentou dados cujos registros mostram declínio no número de usuários pagantes das principais plataformas. O número de assinantes de uma das maiores aplicações caiu de modo consistente ao longo de vários trimestres. Outra plataforma registrou redução de 16% nos usuários pagantes em período recente, conforme aponta o Bumble (2026). Para o Family Talks e Market Analysis (2026) a retenção de usuários de curto prazo se reduziu de forma acentuada. A solidão atinge quatro em cada dez brasileiros. O número de pessoas que residem sozinhas alcançou 15,6 milhões em 2025, o equivalente a quase 20% dos domicílios (IBGE, 2025) e quase metade da população brasileira se encontra fora de união estável. Portanto, é imprescindível entender que a configuração atual produz um ambiente de insegurança generalizada na qual a profundidade das ligações humanas se limita, a capacidade de construção de estabilidade existencial se reduz e a insegurança afetiva se converte em experiência estrutural da vida contemporânea.

Arranjos familiares

Nesse escopo de análises, entendo que os arranjos familiares se estruturam em núcleos reduzidos e em obrigações de alcance limitado, pois a dinâmica contemporânea restringe os laços consanguíneos e o suporte material, visto que a fragmentação institucional prioriza domicílios unipessoais ou biparentais enxutos. Nesse sentido, tal configuração diminui os compromissos coletivos de longa duração, estabelecendo limites claros para a assistência mútua entre parentes, o que consolida um modelo restritivo de convivência. Entendo que a estrutura doméstica contemporânea opera sob parâmetros de contenção de custos e de divisão estrita de responsabilidades.

Desse modo, a convivência diária se restringe a tarefas práticas de manutenção e de cuidado imediato, visto que a rotina urbana impõe demandas laborais exaustivas que eliminam o tempo dedicado ao convívio prolongado. E, em tal perspectiva, a interação entre os parentes limita-se à execução de serviços domésticos cotidianos e à solução de urgências pontuais, afastando o diálogo afetivo aprofundado. É imprescindível reafirmar que essa dinâmica utilitária transforma o espaço doméstico em uma *base logística* de sobrevivência física. O que pretendo explicitar, objetivamente?

Entendo que a transmissão de recursos e de apoio ocorre de modo pontual e/ou condicionado a necessidades concretas, pois a escassez econômica obriga os indivíduos a controlarem seus ganhos, o que impede transferências patrimoniais contínuas. Em conformidade com essa lógica, a ajuda financeira surge apenas em cenários de emergência e perde qualquer vínculo com planos de solidariedade intergeracional. Desse modo, a rede de proteção econômica familiar fragmenta-se em transações isoladas e condicionadas a regras societárias regidas por abstrações como lei e Estado.

Ademais, os membros adultos em arranjos familiares contemporâneos preservam esferas de autonomia que limitam a interdependência prolongada, visto que o mercado de trabalho impõe independência financeira individual e bloqueia laços de dependência mútua prolongada. Quero destacar que tal autonomia individualista impede a construção de projetos coletivos duradouros e resulta no isolamento precoce dos núcleos residenciais de modo que a preservação da liberdade pessoal sobrepõe-se à cooperação, o que enfraquece o tecido de sustentação parental. E, nesses termos, a coesão do grupo familiar se mantém enquanto as exigências materiais e de proximidade permanecem compatíveis com os projetos individuais, pois a harmonia doméstica depende da

ausência de conflitos de interesses econômicos.

Nesse contexto, qualquer imposição de sacrifício financeiro ou de proximidade física rompe a frágil união estabelecida entre os parentes. Reafirmo que a união do grupo familiar condiciona-se de modo rigoroso à conveniência pessoal de cada participante. Além de que esse tipo de organização reduz a família a uma unidade de gestão de necessidades básicas, visto que a superação da subsistência deixa de ser o foco de projetos coletivos profundos e passa a ocupar o centro das obrigações cotidianas.

A dinâmica parental perde a função de suporte emocional avançado e restringe-se ao suprimento de abrigo e de alimentação. Desse modo, o grupo consanguíneo assemelha-se a uma *empresa de prestação de serviços logísticos elementares* a partir dos quais a ausência de solidariedade densa deixa os membros isolados diante de crises prolongadas, pois a falta de redes de apoio profundas impede a partilha de encargos em momentos de desemprego ou de doença grave. Logo, cada indivíduo enfrenta os abalos sociais sem retaguarda institucional ou familiar, o que multiplica a vulnerabilidade pessoal e a quebra de laços coletivos expõe as pessoas ao desamparo estrutural.

É por isso que o cuidado se torna negociável e sujeito a condições de *retorno-ganho*, visto que as relações interpessoais adotam uma lógica con-

tratual baseada na *troca equivalente de favores*. Quero lembrar que a assistência prestada aos enfermos ou aos idosos depende da expectativa de recebimento de benefício equivalente no futuro. Em conformidade com essa diretriz mercantilizada, a afeição familiar subordina-se a cálculos de *custo e benefício*. Portanto, as gerações mais jovens e as mais velhas enfrentam risco de abandono quando a utilidade prática diminui, pois crianças e idosos consomem recursos sem produzir retorno econômico imediato para o núcleo doméstico.

Por fim, a desvalorização daqueles que não geram renda afasta o amparo parental nas pontas do ciclo vital. A perda de capacidade produtiva atrai a marginalização dentro do próprio grupo de parentesco no qual a família deixa de funcionar como rede de proteção e passa a operar como *espaço de tensões entre autonomias concorrentes*, visto que o choque de interesses individuais substitui a relação consanguínea tradicional. Em tal perspectiva, o ambiente doméstico abriga disputas por espaço, por tempo e por recursos limitados entre os moradores. Desse modo, o coletivo parental converte-se em um cenário de conflito contínuo entre liberdades excludentes. E o que é encontrado nos espaços de trabalho?

Mundo do trabalho

Quanto ao mundo do trabalho, as tentaculardades dos *colapsos de reciprocidade* afetam diretamente as interações sociais efetuadas no âmbito laboral. Tais interações regem-se por metas quantificáveis e por prazos definidos de antemão. O sistema produtivo contemporâneo prioriza a mensuração produtiva. Em tal perspectiva, a cobrança por resultados numéricos restringe a liberdade operativa dos empregados, visto que o controle temporal domina o cotidiano das corporações. Assim, tal padronização métrica converte o esforço humano em mercadoria de contabilidade rigorosa que classifica, distingue, destaca e invisibiliza outros membros que possuem poder de agência criativa, autenticidade e originalidade nos modos de expressão das situações do trabalho.

O fato é que o **vínculo** entre o trabalhador e a organização se limita ao cumprimento de funções específicas, pois a divisão técnica do labor fragmenta as responsabilidades operacionais. Nesse contexto, a conexão contratual restringe-se à execução de tarefas delimitadas, afastando qualquer amplitude solidária, inventiva, fora do esperado, mantido ao que é prescrito. Sendo assim, em conformidade com essa lógica restritiva, a empresa dispensa a construção de laços profundos com o corpo de pessoal, de maneira tal que

a retribuição, como premissa da reciprocidade, assume a forma de pagamento e de avaliação periódica de desempenho, visto que a recompensa financeira depende de auditorias regulares de produtividade obtida em prazos curtos.

Torna-se bússola, pois, o entendimento segundo o qual a permanência no posto de trabalho depende da utilidade contínua do agente para os objetivos da produção, pois a obsolescência rápida da força de trabalho gera substituições velozes de pessoal. Em tal perspectiva, o trabalhador perde o emprego caso sua entrega produtiva caia abaixo do patamar estipulado pela corporação. Corroboro com a premissa de que a permanência laboral condiciona-se à rentabilidade imediata gerada pela pessoa e não ao que representa nos quadros da empresa.

Logo, é bastante comum que a interrupção do contrato ocorra sem referência a histórias pessoais ou a lealdades acumuladas, visto que a desativação de vínculos empregatícios ignora a trajetória biográfica do indivíduo. Nesse sentido, o término da relação profissional descarta o histórico de dedicação prévia, tratando o colaborador como um recurso descartável. A rescisão de contratos opera por critérios de cálculo rigoroso, e expurga qualquer consideração afetiva. Porquanto, essa estrutura transforma o trabalho em relação de uso temporário, pois a lógica empresarial trata o

empregado como um instrumento utilitário passageiro. E, certamente, o **vínculo** empregatício perde qualquer sentido de perenidade, e converte-se em mera prestação transitória de serviços. O que se nos faz notar, tal conjuntura?

A transitoriedade substitui a segurança de longo prazo por contratos voláteis. Os agentes sociais individuais se veem obrigados a demonstrar valor constante sob pena de exclusão, pois a pressão corporativa impõe a comprovação ininterrupta de utilidade sob o risco de dispensa, descarte, demérito, *apagamento*. Nesse contexto, a pessoa assume o ônus de justificar sua permanência por meio de entregas ininterruptas regidas pela ameaça constante de demissão. Esse cenário, pois, produz insegurança econômica que se generaliza ao mesmo tempo em que a capacidade de planejamento de vida se reduz, visto que a volatilidade dos contratos destrói a previsibilidade financeira dos lares. São efeitos em cascata: labor, família, relacionamentos afetivos, amizades...vinculações sociais. Consequências?

Os agentes sociais individuais perdem o controle sobre o próprio futuro, o que os impede a formulação de projetos de longo prazo. Quero destacar que a ausência de garantias financeiras paralisa o horizonte existencial entre as pessoas. Uma vez que a ausência de reconhecimento para além da função imediata produz alienação e des-

gaste psíquico, decorre, *pari passu* a negação da subjetividade humana no espaço produtivo, o esgotamento da saúde mental dos trabalhadores fazendo com que os agentes sociais individuais amplifiquem a autopercepção associada a mera engrenagem. O que advém?...sofrimento emocional profundo e estranhamento em relação à própria atividade.

Não é demasiado reafirmar que a despersonalização do labor desorganiza a integridade psicológica do indivíduo. Quando o labor deixa de oferecer horizonte de estabilidade e se converte em fonte permanente de ansiedade e de precariedade existencial, é inevitável a corrosão dos postos seguros elimina a paz de espírito dos cidadãos. Em tal perspectiva, a ocupação profissional assume o papel de geradora de pânico cotidiano, e substitui a antiga segurança por uma vulnerabilidade crônica que, desse modo, expressa o trabalho contemporâneo cerrado e/ou clivado em sua função protetiva e consolida-se como vetor de angústia que passa a ser cada vez mais reflexo de relações estruturais.

Organizações e corporações sociais

De todos os elementos que expressam concreticidade dos *colapsos de reciprocidade* as organizações e corporações sociais apresentam con-

figurações vinculares em cadeias hierárquicas padronizadas. Quero dizer que funcionam por meio de regras formais, sedimentadas por burocracia institucional orientada ao controle das atividades. Em outras palavras, a subordinação vertical rege a dinâmica administrativa. Sendo assim, a obediência aos estatutos escritos substitui a deliberação coletiva e a estrutura corporativa neutraliza a autonomia dos agentes.

Notamos que a interação entre membros se processa segundo protocolos que dispensam o conhecimento pessoal do outro, pois a impessoalidade burocrática elimina a intimidade nas relações cotidianas, visto que o regimento interno determina a separação entre a esfera privada e a pública. Em tal perspectiva, os contatos interpessoais reduzem-se a trocas mecânicas de informações administrativas, o que afasta a empatia recíproca. E, desse modo, o ambiente institucional desconsidera a singularidade biográfica dos trabalhadores.

Igualmente, a coordenação das ações se realiza por meio de objetivos institucionais e de sistemas de controle. A direção corporativa estabelece metas de produção rigorosas por meio de fiscalização contínua sobre o trabalho coletivo. Nesse contexto, a supervisão técnica substitui a cooperação espontânea por diretrizes de comando verticalizado e o alinhamento das tarefas obe-

dece de maneira rigorosa aos interesses da cúpula administrativa.

Nesses termos, a adesão do indivíduo permanece condicionada à utilidade que ele oferece à estrutura administrativa a qual está incluso. A lógica utilitária avalia os agentes sociais individuais por suas habilidades que geram rendimento econômico e rentabilidade. Em tal perspectiva, o valor humano restringe-se, mais uma vez, ao desempenho produtivo, o que anula qualquer forma de acolhimento desinteressado. Já que a engrenagem burocrática foi desenhada para operar à revelia da presença de pessoas específicas, a estrutura absorve trocas de pessoal sem danos operacionais. Nesse sentido, o trabalhador perde a condição de sujeito insubstituível e converte-se em mera peça de reposição.

Entendo que essa forma de organização elimina qualquer dimensão de pertencimento denso, pois a impessoalidade corporativa dissolve os laços de solidariedade comunitária, visto que o mercado substitui a fraternidade por contratos frios. Em tal perspectiva, o sentimento de pertença cede lugar ao isolamento dos agentes produtivos e a sociabilidade contemporânea esvazia-se de vínculos profundos e duradouros. Torna-se comum ao indivíduo se tornar peça substituível, firmando a lealdade ao cumprimento formal de normas, mesclando obediência cega aos regula-

mentos que substituem a ética pessoal. Afetam-se os agentes sociais individuais no que se pode chamar de despersonalização programática que anula a lealdade genuína nas organizações e corporações sociais contemporâneas.

A ausência de laços pessoais enfraquece a capacidade de resistência coletiva diante de decisões arbitrárias. E, uma vez que a fragmentação dos vínculos sociais impede a organização de protestos, o isolamento desarticula a solidariedade operária. Em tal perspectiva, os trabalhadores enfrentam abusos patronais sem retaguarda sindical ou comunitária. São órfãos das relações respaldadas pela vinculação por pertencimento, marcada por forte imaginário fecundo, que se perde diante da imposição de medidas despóticas feitas pelos membros de alto cargos administrativos.

A elite dirigente das organizações e corporações sociais sequestra a experiência de participação coletiva partilhada. Como efeito, advém a diluição de qualquer tipo de coletivismo em procedimentos impessoais, com agenda colada à tecnocracia que substitui o debate público por formulários padronizados. Nesse contexto, a voz coletiva silencia-se perante a frieza dos fluxos administrativos. A democracia interna converte-se em mero cumprimento de ritos burocráticos. Então, como se configura a vida institucional?

A vida institucional se configura como espa-

ção de conformidade forçada e de distanciamento afetivo. Geralmente, as regras corporativas determinam a submissão absoluta dos membros, visto que a frieza relacional domina o ambiente de trabalho. Em tal perspectiva, a convivência profissional perde qualquer traço de calor humano e transforma-se em obrigação estéril. Em palavras objetivas, o clima organizacional demonstra a supremacia da submissão sobre a empatia.

Nesse contexto, notemos que em todas essas esferas até aqui analisadas a ligação humana se reorganiza sob o domínio da utilidade imediata e da revogabilidade permanente. O modelo neoliberal demarca sua presença e subordina os afetos ao cálculo de lucro. Sendo assim, impermanência dos contratos rege os laços sociais, nenhum compromisso sobrevive à perda de rentabilidade material e a transitoriedade torna-se a regra básica da convivência contemporânea. E tudo mais se repete: (a) o tempo atual reduz a expectativa de continuidade; (b) desloca o eixo da obrigação para critérios de vantagem momentânea; (c) urgência produtiva destrói os planos de longo prazo; (d) a pressa mercantil orienta as escolhas cotidianas. Nesse contexto, o proveito passageiro substitui a lealdade duradoura nos acordos interpessoais. Já que a ausência de reiteração prolongada e de memória compartilhada enfraquece qualquer forma de pertencimento a longo prazo, entendo que a

descontinuidade das relações vinculares contemporâneas apagam o histórico comum dos grupos, visto que o esquecimento institucional desfaz os laços tradicionais. Destrói-se o sentimento de pertença coletiva, a pulverização temporal isola os indivíduos em suas trajetórias solitárias.

Por fim, a recusa aos vínculos profundos em nome de proteção contra desilusões futuras constitui-se a *porta de saída aberta* que caracteriza a arquitetura dos laços sociais no tempo presente. Nesse contexto, a ausência de amparo coletivo multiplica os riscos de exclusão e de pobreza. Sem dúvidas, a fragilização institucional expande o *desespero social*. Durante todo esse capítulo, pretendi mostrar que a crítica se dirige à própria lógica que transforma a existência em sequência de vínculos descartáveis. Entendo que o pensamento emancipatório questiona a mercantilização dos afetos, a reificação das relações humanas, a descartabilidade generalizada. É necessário, sempre, reafirmar que a denúncia a alienação neoliberal lida com o que fazemos diante do medo do Outro. Desse modo, entendamos que a atrofia da cooperação sela o triunfo do individualismo atomizado.

Reciprocidade

A reciprocidade figura entre os conceitos mais densos das ciências sociais. Em sua formulação mais geral, designa a expectativa ou a prática de retorno — de bens, serviços, gestos, palavras, imagens ou significados — entre indivíduos, grupos ou coletividades. Essa expectativa não é meramente instrumental. Entendo que agencia obrigações, estabiliza ou tensiona hierarquias, constitui sujeitos e organiza regimes de valor.

Longe de ser um residual pré-moderno, a reciprocidade continua a operar, sob formas transformadas, nas sociedades contemporâneas mediadas por mercados, algoritmos, redes de solidariedade e regimes de visibilidade. Nesse contexto, é preciso destacar que entre o final do século 19 e as primeiras décadas do século 20, na Europa, Simmel (1858-1918), Mauss (1872-1950) e Malinowski (1884-1942) colocaram a *reciprocidade* em evidência diante do crescimento das sociedades industriais e do interesse etnográfico por sociedades não ocidentais. A questão surgiu porque as ciências sociais buscavam princípios de ligação social distintos do contrato formal, instituído. O *zeitgeist*⁶ na época preconizava alternativas às explicações centradas apenas na coerção ou no interesse isolado dos agentes sociais individuais. Logo, a questão da reciprocidade abarca distintas abordagens que, ao longo do tempo, entrecruzam-se em busca de compreensão de *tipos específicos* encontrados em sociedades arcaicas, consideradas simples ou em sociedades complexas como as que predominam na maior parte do mundo atualmente.

Diante do exposto, interessa-me discutir de que modo o conceito de reciprocidade aparece

6 *Zeitgeist* (termo alemão) significa *espírito do tempo*; clima intelectual, cultural e moral característico de uma determinada época.

em distintas teorias sociológicas e de que forma nos ajuda a entender *certos tipos de reciprocidades* que culminam nos colapsos de reciprocidade encontrados na contemporaneidade.

Passos iniciais na teoria sociológica clássica

Nas teorias sociológicas clássicas a reciprocidade opera como princípio de ligação social. Entre 1890 e 1918, em Berlim e em círculos intelectuais alemães, Georg Simmel (1858-1918) desenvolveu importante aporte teórico o qual chamou de *sociologia das formas*. Diante do crescimento das metrópoles e da diversificação das relações sociais, o tema ganhou destaque em meio a interpretações que reduziam o social a forças externas ou a conteúdos psicológicos isolados. Para Simmel a sociedade se forma por interações mútuas. Nesse escopo, a interação é definida como *forma pura de sociabilidade*. Como assim? Trata-se de entender a interação social como fim **em si**, abstrata de conteúdos e interesses particulares. Em outras palavras, entendê-la em suas dinâmicas organizativas, expressivas e constitutivas. Nesse sentido, a interdependência recíproca produz efeitos de coesão em distintos círculos sociais. Emerge, em um primeiro instante sob forma de *sentimento de gratidão* o qual serviu como suporte conceitual para explicar o prolongamento

de vínculos além do ato inicial das *trocas*. Assim sendo, o sentimento de gratidão emerge após a recepção de um benefício e estabelece orientação mútua entre os envolvidos nos quadros sociais da interação social.

O *sentimento de gratidão* cria imperativo moral que ultrapassa o ato inicial de troca. Por que? Porque se torna **obrigatório** e **preserva** a forma da relação original estabelecida entre os agentes sociais individuais, quando o conteúdo original se altera. A gratidão funciona como suporte da interdependência em círculos sociais distintos e, nesse escopo, fidelidade e gratidão atuam em conjunto para estabilizar vínculos com base na *continuidade da orientação recíproca*. A coesão social, pois, resulta da **permanência** desse sentimento além da situação imediata, ou seja, a forma na qual ocorre a interação social se separa dos conteúdos particulares da relação, o que coloca a reciprocidade como princípio estruturante da ligação social.

Em tal perspectiva, a reciprocidade emerge *da* e *na* interação social **em si** e não de conteúdos externos, como ideologias, ou qualquer tipo de abstracionismo que imprima nos indivíduos intencionalidades pré-fabricadas, pré-determinadas. A reciprocidade nasce no próprio ato da interação social concreta, sendo gerada pelo encontro entre as pessoas. Por isso mesmo é que a reciprocidade

opera como **Wechselwirkung**⁷ entre indivíduos e cada ação de uma pessoa produz efeito sobre a outra, recebendo efeito de volta, dando dinamicidade ao que chamo de *interretroagenciamento*.

O termo interretroagenciamento engloba instâncias ativadas *in locus* na interação social que expressa-se *dentro* (**inter**) das interações sociais, produzindo *retomadas de sentidos e significados partilhados* (**retro**) e ativa (**agenciamento**) a exposição conjunta de significantes, símbolos sob forma de ritos sociais de endereçamento, comunicação e fusão de ideias, motivos ou propósitos. Logo, designa o processo de *agência mútua e recíproca* entre indivíduos ou entidades sociais, no qual cada ação produz efeitos sobre as demais e recebe retroação contínua. Trata-se de uma dinâmica de orientação interdependente que constitui laços pela permanente interconexão de efeitos e contraefeitos, ultrapassando atos isolados e sustentando a forma da relação além de conteúdos particulares, em conformidade com a reciprocidade das interações.

Nesse contexto, entendo que a forma da interação se distingue do conteúdo material ou

7 *Wechselwirkung*, trata-se de termo alemão correspondente a **ação recíproca**. Designa, segundo Simmel, a interação mútua entre indivíduos em que cada um produz efeito sobre o outro e recebe efeito de volta. A sociedade se constitui como o conjunto dessas interações e a forma se distingue dos conteúdos.

afetivo e a gratidão funciona como sentimento que mantém a cadeia de retribuições. Explico: a fidelidade preserva a forma relacional quando os motivos originais se alteram e círculos sociais de distinta amplitude exigem graus variáveis de reciprocidade. É necessário reafirmar que a interdependência recíproca sustenta a coesão nas formas de sociabilidade porque a análise formal isola a estrutura da relação das determinações particulares de conteúdo. É imprescindível reconhecer que a premissa simmeliana articula ligação social e *forma pura de reciprocidade*.

A formulação fundadora do conceito moderno de reciprocidade permanece a de Marcel Mauss, publicada originalmente em 1923-1924 sob o título **Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques**. Mauss parte de um conjunto de etnografias — maori, melanésia, do noroeste americano e de outras regiões — para demonstrar que a circulação de objetos em sociedades não ocidentais não se reduz a uma operação econômica de interesse. O que ele denomina *sistema de dons* envolve três obrigações interligadas e moralmente compulsórias: dar, receber e retribuir. A recusa de qualquer um desses momentos coloca o sujeito em risco social, jurídico e, frequentemente, cosmológico.

O ponto central da argumentação maussiana é que o que circula não é apenas a coisa material,

mas uma parte da pessoa do doador. No caso maori, essa força é designada *hau* — a “alma da coisa” ou o *espírito do doador* que permanece ligado ao objeto e exige retorno. A retribuição, portanto, não é facultativa, uma vez que responde a uma obrigação que transcende o cálculo racional de vantagens. Mauss caracteriza o sistema de dons como **fato social total**: econômico, jurídico, moral, religioso, estético e político ao mesmo tempo. Essa totalidade implica que a reciprocidade não pode ser isolada como variável independente nem reduzida a uma esfera econômica autônoma.

A obra de Mauss foi logo objeto de leituras divergentes. De um lado, foi celebrada como crítica radical ao utilitarismo e ao individualismo metodológico que dominavam a economia política clássica. De outro, foi criticada por romantizar excessivamente as sociedades arcaicas e por subestimar a presença de cálculo e de conflito no interior dos sistemas de dons. Jonathan Parry (1986 e 1989), em particular, argumentou que Mauss projetou sobre as sociedades não ocidentais uma imagem idealizada de totalidade moral que, em muitos casos, não resiste ao escrutínio etnográfico detalhado. David Graeber (2001), por sua vez, reconheceu a importância de Mauss, mas criticou a tendência de transformar o dom em uma espécie de anti-mercado idealizado, perdendo de

vista as ambiguidades e as violências que a reciprocidade também pode carregar. Ainda assim, a tríade *dar-receber-retribuir* permanece o ponto de partida incontornável de praticamente toda discussão posterior. O que Mauss legou foi uma descrição etnográfica e um problema teórico: como compreender a obrigação de retribuir sem reduzi-la nem ao interesse egoísta nem a uma moralidade desinteressada?

Contemporâneo a Mauss, embora de tradição etnográfica distinta, Bronislaw Malinowski publicou em 1922 **Argonauts of the Western Pacific**. Nessa obra, Malinowski descreve o *kula*, um circuito cerimonial de troca de colares de conchas vermelhas (*soulava*) e braçadeiras de conchas brancas (*mwali*) que circulam em direções opostas entre as ilhas do arquipélago Massim. O *kula* se sobrepõe, mas não se confunde, com a troca utilitária de alimentos e utensílios, denominada *gimwali*. Malinowski insiste na distinção: no *kula*, o que importa não é o valor de uso imediato dos objetos, mas o prestígio, a reputação e a manutenção de laços de parceria ao longo do tempo. A troca cerimonial cria e recria parcerias duradouras; a troca utilitária é mais imediata e menos carregada de obrigações morais prolongadas.

Nesse sentido, a distinção malinowskiana introduziu uma tensão que atravessaria toda a literatura posterior: a reciprocidade seria essencial-

mente simbólica e moral, ou conteria sempre um núcleo de interesse material e de cálculo? Malinowski, influenciado pelo funcionalismo, tendia a enfatizar as funções sociais da troca cerimonial — a manutenção da paz, a integração regional, a distribuição de prestígio —, mas não eliminava completamente a dimensão do interesse.

Karl Polanyi, em **The Great Transformation** (1944), elevou a reciprocidade à condição de um dos três princípios fundamentais de integração econômica, ao lado da redistribuição e da troca de mercado. Em sociedades *embutidas* (embedded), a reciprocidade organiza a circulação de recursos segundo padrões de parentesco, vizinhança, status ou afiliação ritual. A grande transformação moderna consistiria, precisamente, no *desencaixe* (disembedding) da economia em relação a essas formas de reciprocidade e redistribuição, com a emergência de um mercado autorregulável que trata a terra, o trabalho e o dinheiro como mercadorias fictícias. Entendo que Polanyi não negava a existência de troca nas sociedades pré-modernas; argumentava, contudo, que ela estava subordinada a princípios de integração não mercantis.

Por isso mesmo, a formulação polanyiana influenciou profundamente a antropologia econômica subsequente, especialmente a corrente substantivista. Ao mesmo tempo, foi criticada por dicotomizar excessivamente as sociedades

embutidas e as sociedades de mercado, subestimando a presença de formas mercantis em contextos não ocidentais e a persistência de formas de reciprocidade no interior do capitalismo. Mas, especificamente, como se apresentam as tensões em outros ramos do conhecimento antropológico em termos de caracterização e *derivas conceituais*, divergentes ou não?

Primeiramente falemos em tipologias. Marshall Sahlins, em **Stone Age Economics** (1972), propôs a tipologia mais influente da antropologia econômica sobre as formas de reciprocidade. Distinguiu três modos: (a) reciprocidade generalizada; (b) reciprocidade balanceada e (c) reciprocidade negativa. A *reciprocidade generalizada* opera preferencialmente entre parentes próximos e aliados íntimos, ou seja, não há contabilidade estrita de equivalência nem prazo definido para o retorno. O que se espera é que, a longo prazo, as contas se equilibrem, mas a obrigação imediata é de ajudar sem cálculo. A *reciprocidade balanceada* exige retorno aproximadamente equivalente em tempo relativamente definido; é típica de relações entre iguais que não são parentes próximos. A *reciprocidade negativa* caracteriza a tentativa de obter algo sem retribuir, ou com o mínimo possível — barganha agressiva, furto, pilhagem, guerra. Nesse veio, observa-se que Sahlins articula explicitamente a **distância social** com a forma de

reciprocidade: quanto mais próxima a relação social, mais generalizada tende a ser a troca; quanto mais distante, mais negativa.

A tipologia de Sahlins foi amplamente adotada e permanece um recurso analítico útil. Contudo, foi objeto de críticas importantes. Autores posteriores argumentaram que mesmo a reciprocidade generalizada contém dimensões de cálculo, de poder e de expectativa de retorno, ainda que essas dimensões sejam culturalmente denegadas (Weiner, 1992; Godelier, 1996). Além disso, a associação entre distância social e forma de reciprocidade pode ser excessivamente mecânica. Por que? Porque em muitos contextos etnográficos, relações próximas também são atravessadas por competição e por formas negativas de troca.

Annette Weiner, em **Inalienable Possessions: the paradox of keeping-while-giving** (1992), a partir de trabalho de campo nas Ilhas Trobriand e de reanálise de materiais melanésios, demonstrou que certos objetos — especialmente aqueles associados a linhagens, a ancestrais e a identidades coletivas — resistem à circulação plena. Esses objetos *inalienáveis* fundam a distinção de status precisamente porque não circulam livremente. A reciprocidade, portanto, não se esgota na circulação, de modo que inclui também a capacidade estratégica de reter. Não nos esqueçamos de Weiner (1992) que tanto criticou Mauss quanto Lévi-

-Strauss por terem privilegiado excessivamente a circulação em detrimento da retenção e da inalienabilidade. E, nesse sentido, entendo que sua contribuição deslocou o debate: a questão não é apenas o que circula, mas o que é mantido fora da circulação e por quê.

Maurice Godelier, em **L'énigme du don** (1996), retomou e radicalizou essa linha de argumentação. Para Godelier, o *enigma do dom* não se resolve apenas pela tríade maussiana. Há três importantes características e tipologias: (a) *objetos que devem ser dados*; (b) *objetos que podem ser dados* e (c) *objetos que não devem ser dados*. Os últimos — objetos sagrados, relíquias, emblemas de soberania — fundam a possibilidade mesma da troca porque permanecem fora dela. Em tal perspectiva é que Godelier articula a análise da reciprocidade com *uma teoria da religião e do poder*, mostrando que a circulação de dons está sempre enquadrada por aquilo que não circula.

Na tradição da antropologia amazônica contemporânea, a reciprocidade assume contornos cosmológicos e ontológicos. Eduardo Viveiros de Castro (1996, 2002) e Philippe Descola (2005) mostraram que, em muitos regimes ameríndios, a troca de alimentos, de nomes, de substâncias corporais e de perspectivas participa de ontologias em que **humanos** e **não-humanos** se constituem mutuamente. A reciprocidade deixa de ser mera-

mente inter-humana e passa a organizar *relações entre mundos*. No perspectivismo ameríndio, a predação e a reciprocidade não são opostas absolutas; a predação pode ser uma forma extrema de relação que, sob certas condições, se transforma em aliança e em troca. Descola, ao classificar os regimes de identificação e de relação (animismo, totemismo, analogismo, naturalismo), oferece um quadro em que a reciprocidade aparece como um dos modos possíveis de relação entre existentes, ao lado da predação, da dádiva unilateral e da proteção.

A antropologia do imaginário, na linhagem de Gilbert Durand (1960, 1992), permite aprofundar ainda mais essa dimensão. As **estruturas do imaginário** — *diurnas* (heroicas, distintivas) e *noturnas* (místicas, confusivas) — agenciam as formas preferenciais de circulação simbólica. Então, permito-me fazer ilações nas quais: (a) a *reciprocidade generalizada*, com sua ênfase na fusão e na indeterminação temporal, aproxima-se de regimes noturnos do imaginário; (b) a *reciprocidade balanceada* e (c) a *contabilidade estrita* aproximam-se de regimes diurnos de distinção e de medida. Entendo que essa articulação entre formas de reciprocidade e regimes de imagem permanece relativamente inexplorada na literatura antropológica *mainstream*, constituindo uma das lacunas que a presente discussão procura evidenciar.

Contudo, existem outros desdobramentos teóricos relevantes que circundam o estruturalismo, a norma moral e a crítica do poder. É o caso de Claude Lévi-Strauss, em **As estruturas elementares do parentesco** (1949), quando *deslocou* a reciprocidade do plano das obrigações morais e das funções sociais para o da estrutura. Como assim? Reafirmo que a troca de mulheres entre grupos de homens aparece como a forma elementar da comunicação social. Sendo assim, a *proibição do incesto* seria a **condição negativa** que torna a troca obrigatória: ao proibir a mulher do próprio grupo, a regra do incesto obriga a buscar mulheres em outros grupos, instituindo a aliança. A reciprocidade, nesse registro, é menos um sentimento moral do que um *operador lógico* da aliança e da comunicação. Lévi-Strauss generaliza o modelo: a troca de mulheres, de bens e de palavras constituem as três modalidades fundamentais da comunicação humana.

A formulação lévi-straussiana foi criticada tanto por seu androcentrismo quanto por sua tendência a reduzir a complexidade etnográfica a oposições binárias e a estruturas formais (Rubin, 1975; MacCormack e Strathern, 1980; Strathern, 1988). Gayle Rubin, em **The Traffic in Women**, argumentou que o modelo de Lévi-Strauss naturaliza a opressão das mulheres ao tratá-las como objetos de troca entre homens. Marilyn Strathern

(1988 e 1992), a partir da Melanésia, criticou a própria ideia de que a troca constitui *sociedade* de modo universal, mostrando que em muitos contextos melanésios as pessoas são compostas por relações e que a noção ocidental de indivíduo como unidade de troca é inadequada.

No campo sociológico, Alvin Gouldner (1960) formulou a *norma da reciprocidade* como um universal moral. Segundo Gouldner, existe uma norma generalizada que prescreve a obrigação de retribuir benefícios recebidos e a proibição de causar dano a quem nos beneficiou. Gouldner **distingue** cuidadosamente a reciprocidade *como norma moral* da reciprocidade *como padrão empírico de intercâmbio*. Essa distinção abriu caminho para pesquisas sobre a internalização da norma, sobre suas variações culturais e sobre as condições sob as quais ela é suspensa ou violada. Nessa perspectiva, a formulação de Gouldner influenciou tanto a sociologia quanto a psicologia social e a economia comportamental, embora tenha sido criticada por seu caráter excessivamente universalista e por subestimar as assimetrias de poder que atravessam as relações de troca.

Pierre Bourdieu radicalizou a crítica ao economicismo e ao moralismo implícitos em muitas análises da reciprocidade. Em **Le sens pratique** (1980) e em textos posteriores sobre a economia dos bens simbólicos, Bourdieu argumenta que o

dom só funciona como dom na medida em que *dissimula o cálculo*. O intervalo temporal que separa o dar do retribuir é específico em particularidade tipológica: permite a denegação coletiva do interesse. A reciprocidade aparece, assim, como uma *forma de violência simbólica* que mascara relações de poder e de dominação sob a aparência de generosidade e de desinteresse. O **capital simbólico acumulado** por meio de dons generosos pode ser reconvertido em outras formas de capital. Essa leitura influenciou fortemente os estudos sobre capital social, sobre as economias da dádiva no capitalismo e sobre as estratégias de distinção.

Considero a contribuição de Bourdieu decisiva no plano de análise sobre o tema porque **desloca** a análise da reciprocidade do *plano da norma moral* ou da estrutura formal para o *plano das estratégias de poder* e das *lutas de classificação*. Ao mesmo tempo, a abordagem bourdieusiana foi criticada por reduzir excessivamente a reciprocidade a uma *economia dissimulada de interesses*, deixando pouco espaço para formas de obrigação e de solidariedade que não sejam redutíveis a estratégias de acumulação de capital simbólico (Caillé, 2000; Hénaff, 2002).

O fato é que a reciprocidade nas sociedades contemporâneas engloba transformações e reatualizações. Nas *sociedades de mercado* e, mais recentemente, nas *sociedades de plataforma*, a re-

reciprocidade não desaparece. Ao invés disso, transforma-se e se reatualiza sob novas condições. Entendo que é possível identificar pelo menos cinco campos principais de reatualização do conceito. São eles: (a) economias da dádiva no interior do capitalismo; (b) reciprocidade, gênero e economias do cuidado; (c) reciprocidade digital e capitalismo de plataforma; (d) reciprocidade em contextos de crise e solidariedade; (e) a dimensão imaginária e simbólica da reciprocidade contemporânea.

Economias da dádiva no interior do capitalismo

A partir dos anos 1980 e 1990, um conjunto de autores francófonos — Jacques Godbout, Alain Caillé, e o Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS) — insistiu na permanência do paradigma do dom como alternativa teórica ao individualismo metodológico e ao utilitarismo. Godbout (1992) argumentou que o dom continua a operar nas sociedades modernas sob formas que escapam tanto ao mercado quanto ao Estado: o dom entre parentes e amigos, o voluntariado, as doações a instituições, as práticas de hospitalidade. Caillé (2000) propôs o *paradigma do dom* como terceiro termo entre o individualismo e o holismo, capaz de restituir a dimensão da obrigação e da liberdade que o utilitarismo dissolve.

Marcel Hénaff (2002), em **Le prix de la véri-**

té, distinguiu cuidadosamente o dom cerimonial (que produz reconhecimento e aliança) do dom gracioso e da troca mercantil. Sua análise permite compreender por que certas formas de reciprocidade resistem à mercantilização porque operam em um registro de reconhecimento mútuo que o preço não consegue traduzir. Essas contribuições foram importantes para criticar tanto o reductionismo econômico quanto as idealizações românticas do dom. Contudo, assim o são por subestimar as assimetrias de poder e as formas de exploração que podem se esconder sob a linguagem da generosidade (Bourdieu, 1997; Zelizer, 2005).

Reciprocidade, gênero e economias do cuidado

As abordagens feministas e decoloniais trouxeram contribuições decisivas ao debate. Silvia Federici (2018, 2020), a partir de uma perspectiva marxista-feminista, mostrou que o trabalho de cuidado e de reprodução social — historicamente atribuído às mulheres — opera sob uma lógica de *reciprocidade assimétrica* e frequentemente *forçada*. A naturalização do cuidado como *dom feminino* mascara a exploração e a desvalorização desse trabalho. Autores como Joan Tronto (1993) e Nancy Fraser (2016) argumentaram que as sociedades contemporâneas vivem uma

crise do cuidado, na qual as formas tradicionais de reciprocidade baseadas no parentesco e na comunidade são erodidas sem que sejam substituídas por arranjos públicos adequados. Na antropologia, Marilyn Strathern (1988) e autoras que trabalharam com sociedades melanésias mostraram que as noções ocidentais de indivíduo, de propriedade e de troca são inadequadas para compreender contextos em que as pessoas são compostas por relações e em que o gênero é ele próprio um efeito de trocas e de composições. Essas contribuições deslocam a análise da reciprocidade para o terreno das relações de gênero e das ontologias relacionais.

Reciprocidade digital e capitalismo de plataforma

A emergência das plataformas digitais reconfigurou profundamente as formas de reciprocidade. Quando passamos a lidar diretamente com os estudos sobre *economia da atenção*, *sharing economy* e *trabalho digital* nos deparamos com o seguinte debate: as interações mediadas por algoritmos constituem formas genuínas de reciprocidade ou *meras simulações* que mascaram a **captura de valor**? Autores como Dave Elder-Vass (2016) argumentam que o *software social* cria novas modalidades de obrigação recíproca, ainda que assimétricas.

Likes, compartilhamentos, comentários e avaliações funcionam como dons simbólicos cuja retribuição é esperada, embora raramente contabilizada de modo explícito. Outros, como Nick Srnicek (2017) e autores da crítica ao capitalismo de plataforma, enfatizam a captura de valor pelo capital: a reciprocidade aparente entre usuários é mediada por infraestruturas que privatizam os dados e monetizam a atenção.

A economia do compartilhamento frequentemente se propaga tal qual economia de extração. É importante destacar que a antropologia digital e os estudos de mídia têm mostrado que as plataformas operam com uma reciprocidade de visibilidade: a atenção recebida gera a expectativa de atenção retribuída - reafirmo. Contudo, a estrutura das plataformas é radicalmente assimétrica — poucos usuários e poucos algoritmos concentram a maior parte da visibilidade. Essa assimetria tensiona a própria ideia de equilíbrio recíproco e coloca o problema clássico da reciprocidade negativa em um novo registro tecnológico.

Reciprocidade em contextos de crise e solidariedade

Estudos sobre movimentos sociais, economia solidária e práticas de cuidado em contextos de crise (pandemias, desastres climáticos, colapsos econômicos) explicitam a reativação de *formas*

generalizadas de reciprocidade sob **condições de precariedade**. Andrea Muehlebach (2012), em seu trabalho sobre o voluntariado na Itália, mostrou como o Estado neoliberal mobiliza a linguagem da solidariedade e da dádiva para transferir responsabilidades de cuidado para a sociedade civil. Ao mesmo tempo, práticas autônomas de apoio mútuo em contextos de crise podem constituir formas de contestação e de construção de alternativas.

A pandemia de Covid-19, em particular, tornou visível tanto a fragilidade das formas institucionalizadas de reciprocidade quanto a emergência de redes informais de apoio mútuo. Certamente, pesquisadores e pesquisadoras ainda estão processando essas experiências, mas, certamente já é possível identificar uma tensão entre a reciprocidade *como recurso de sobrevivência* e a reciprocidade *como linguagem de desresponsabilização estatal*.

A dimensão imaginária e simbólica

A *antropologia do imaginário* e os estudos sobre regimes de imagem permitem aprofundar a análise da reciprocidade além das dimensões material e moral. Nas sociedades contemporâneas **saturadas de imagens**, a reciprocidade opera também como circulação de visibilidades, de

narrativas e de afetos. As redes sociais digitais, os regimes de celebridade e as economias da atenção constituem campos em que a expectativa de retorno simbólico organiza as interações.

Gilbert Durand e um reduzido conjunto de autores retomaram sua problemática (Wunenburger, 2003; Durand, 1992). A premissa em observância é que esse grupo de pesquisadores oferece ferramentas para compreender como diferentes regimes de imaginário privilegiam distintas formas de circulação. Nesse caso, problematizam como a *reciprocidade generalizada*, com sua indeterminação temporal e sua ênfase na fusão, aproxima-se de estruturas noturnas do imaginário e, ainda, de quais maneiras a contabilidade estrita e a equivalência aproximam-se de estruturas diurnas. Todavia, insisto em trazer à tona que essa articulação permanece pouco desenvolvida na literatura sobre reciprocidade e constitui uma das frentes mais promissoras para pesquisas futuras. Sendo assim, em que convergem, divergem e agenciam às novas pesquisas?

Para responder a essa pergunta, considero que há relativo consenso em torno de alguns pontos. Primeiro, a reciprocidade não se reduz à troca utilitária, já que se expressa e agencia solidariedade e hierarquia, obrigação e liberdade, reconhecimento e poder. Segundo, o tempo — o intervalo entre o dar e o retribuir — é uma dimensão indis-

pensável do funcionamento do dom. Terceiro, a denegação do cálculo é frequentemente condição de possibilidade da reciprocidade como relação moral e simbólica. Quarto, a reciprocidade opera tanto em sociedades arcaicas quanto em sociedades contemporâneas, embora sob formas historicamente transformadas.

Nesses termos, considero que as principais divergências concernem: (a) o grau de universalidade da norma de reciprocidade (Gouldner e certos psicólogos sociais *versus* relativistas culturais e antropólogos); (b) a primazia do simbólico ou do material (tradição maussiana e estruturalista *versus* leituras materialistas e marxistas); (c) o caráter emancipatório ou ideológico da reciprocidade no capitalismo (MAUSS e autores da economia solidária *versus* críticas bourdieusianas, feministas e marxistas); (d) o lugar da retenção e da inalienabilidade em relação à circulação (Weiner e Godelier *versus* modelos centrados exclusivamente na troca); (e) a possibilidade de estender o conceito de reciprocidade a relações com não-humanos e a regimes ontológicos não modernos (antropologia ameríndia *versus* tradições mais restritivamente inter-humanas).

Quanto as lacunas encontramos elementos importantes. Primeiro, a maior parte dos estudos sobre sociedades contemporâneas concentra-se no Norte global; as formas de reciprocidade em

contextos urbanos periféricos do Sul global, incluindo as periferias brasileiras, permanecem relativamente subteorizadas. Segundo, a intersecção entre reciprocidade e desigualdades de gênero, raça, classe e colonialidade é frequentemente mencionada, mas raramente tratada de modo sistemático e interseccional. Terceiro, a dimensão imaginária e afetiva da reciprocidade — como as expectativas de retorno se articulam a regimes de imagem, a estruturas do imaginário e a economias afetivas — continua marginal em relação às análises estruturais, econômicas e normativas. Quarto, a crescente mediação algorítmica das interações sociais exige uma renovação conceitual que ainda está em curso; falta uma teoria robusta da reciprocidade algorítmica que articule a clássica problemática do dom com a crítica da economia política das plataformas. Quinto, a literatura dialoga pouco com as ciências cognitivas e com as pesquisas sobre expectativas de justiça e de retribuição, perdendo oportunidades de articulação interdisciplinar.

Ratifico que o conceito de reciprocidade atravessou o século 20 e as primeiras décadas do 21 sem perder relevância, precisamente porque permanece capaz de articular dimensões materiais, morais, simbólicas e imaginárias da vida social. Das sociedades arcaicas, elucidamos a compreensão de que a troca é sempre mais do que troca:

é produção de pessoas, de grupos, de *status* e de mundos. Das sociedades contemporâneas, ratificamos o desafio de compreender como essa produção se reconfigura sob condições de mercantilização intensiva, digitalização, precariedade e crise dos regimes de cuidado. Por isso mesmo, uma agenda de pesquisa renovada deve articular, de modo mais rigoroso, a tradição maussiana e estruturalista com as contribuições da antropologia do imaginário, das teorias feministas e decoloniais e das análises críticas do capitalismo de plataforma. Somente assim o conceito de reciprocidade poderá continuar a cumprir sua função crítica: não apenas descrever interações, mas interrogar os modos pelos quais as sociedades produzem, dissimulam, contestam e reconfiguram as obrigações que as constituem. Enfim, a reciprocidade, em última instância, não é apenas um objeto de estudo. Entendo que é também um problema político e existencial: como viver com os outros sob condições de interdependência, de assimetria e de incerteza quanto ao retorno? As respostas a essa pergunta continuam abertas, e a literatura aqui revista oferece ferramentas indispensáveis — embora incompletas — para enfrentá-la.

Sintomas

Os colapsos de reciprocidade constituem processos sociais recorrentes — e, ao mesmo tempo, mais difusos — às ciências sociais contemporâneas. Entendo que os colapso de reciprocidade conformam conjuntos heterogêneos de processos pelos quais as expectativas de retorno, as obrigações de retribuição e os laços de interdependência mútua se enfraquecem, assimetizam-se de modo extremo ou se dissolvem, tornando-se incapazes de sustentar formas estáveis de vincu-

lação social. Esses processos não se manifestam redutíveis à ausência de troca; ao contrário, explicitam-se por meio de sintomas observáveis nas interações cotidianas, nas instituições e nos regimes de subjetividade.

Os colapsos de reciprocidade raramente partem de uma definição unívoca. Emergem, antes, de indícios: o aumento da solidão relatada, a erosão da confiança interpessoal e institucional, a precarização das relações de trabalho e de cuidado, a simulação de reciprocidade nas plataformas digitais, a fadiga crônica das expectativas de reconhecimento e a polarização que transforma o outro *em ameaça*. São sintomas encontrados em abundância nas sociedades contemporâneas. E, no plano das construções sociais emergentes, teorias e conceitos a respeito do assunto são descritos e interpretados, nem sempre com a observância às dinâmicas de metaestabilidade que o fenômeno comporta. Até porque as facetas de tais expressões percorrem intrincados eixos de composição que albergam desde a solidão e declínio do capital social; precarização laboral, a crise do cuidado, as plataformas digitais, as interfaces entre individualização e aceleração de experiências sociais, até a polarização e desconfiança pública.

A fragilização dos laços de reciprocidade como problema central, e não como corolário de outros processos (globalização, neoliberalis-

mo, digitalização) é o que abarca esse capítulo. Já vimos em capítulos anteriores que na tradição clássica, a reciprocidade é compreendida como expectativa de retorno que produz obrigação e, simultaneamente, laço social. Quando essa expectativa se estabiliza, configuram-se formas de interdependência que não se reduzem ao cálculo imediato de vantagens. Então, o colapso ocorre quando a obrigação de retribuir deixa de ser reconhecida, quando o intervalo temporal entre dar e receber se torna indeterminado a ponto de dissolver a expectativa, ou quando a assimetria se torna tão extrema que a troca deixa de ser legível como reciprocidade e passa a ser lida como exploração, abandono ou indiferença.

Igualmente, destaquei as contribuições de Marshall Sahlins já havia indicado que a *reciprocidade negativa* — a tentativa de obter o máximo com o mínimo de retorno — constitui o limite extremo das expressões que tomam forma a reciprocidade. Nas sociedades contemporâneas, o que se observa além da expansão pontual da reciprocidade negativa, é sua normalização em esferas que, historicamente, operavam sob lógicas de reciprocidade generalizada ou balanceada: o parentesco, a vizinhança, o trabalho, o cuidado e, mais recentemente, as interações mediadas por plataformas. Nesse sentido, argumentei que o colapso, portanto, não é a simples ausência de tro-

ca; é a transformação da expectativa de retorno em desconfiança, em cansaço ou em indiferença estrutural. O que se mantém no foco de meu interesse são os deslocamentos dos colapsos de reciprocidade *do plano normativo para o plano dos sintomas*. Não me pergunto tão-somente se a norma de reciprocidade *ainda vale*, mas quais sinais tornam visível sua erosão nas interações concretas as quais vivenciamos hoje em dia.

Solidão, desconfiança e individualização

Um primeiro conjunto de sintomas foi formulado em torno do declínio do capital social e da erosão da confiança - ratifico. A partir dos estudos de Robert Putnam, em **Bowling Alone** (2000), analisamos o enfraquecimento das associações voluntárias, das redes de vizinhança e das formas de engajamento cívico nos Estados Unidos a partir das últimas décadas do século 20. O sintoma central perceptível *a olhos vistos* é a solidão estrutural. Como se caracteriza esse tipo específico de classificação sociológica? São reconhecíveis pelos indivíduos que jogam sozinhos, que não pertencem a grupos, que reportam menos conversas consideradas interessantes em seus próprios eixos de significação e menor disposição para confiar no outro. Mas, por que isso ocorre?

Putnam articula esse declínio a mudanças

tecnológicas, ao aumento do tempo de deslocamento, à entrada das mulheres no mercado de trabalho e à substituição de formas presenciais de associação por formas mais individualizadas de lazer. A crítica posterior apontou o viés nostálgico e a subestimação de novas formas de vinculação, mas o diagnóstico da solidão como sintoma de colapso de reciprocidade permaneceu influente.

Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (2001) deslocaram a análise para o processo de individualização. Na modernidade reflexiva, as biografias se tornam projetos individuais, de tal maneira que as instituições que antes sustentavam reciprocidades estáveis (família nuclear, emprego vitalício, comunidade local) perdem capacidade de prescrição. O sintoma inclui para-álém da solidão, a *sobrecarga* do indivíduo que deve negociar continuamente suas vinculações sem o suporte de roteiros coletivos. A reciprocidade deixa de ser um dado estrutural e passa a ser uma conquista precária, sempre sob ameaça de ruptura.

Alain Ehrenberg, em **La fatigue d'être soi** (1998), identificou a depressão e a fadiga de si como sintomas privilegiados das sociedades contemporâneas. Quando o indivíduo é convocado a ser empresário de si mesmo e a gerir suas relações como capital, a falha na reciprocidade é vivida como fracasso pessoal. A depressão aparece

como sofrimento psíquico e como índice de um regime de subjetividade no qual as expectativas de retorno (reconhecimento, afeto, sucesso) se tornam inalcançáveis ou excessivamente onerosas.

Byung-Chul Han radicalizou esse diagnóstico. Em *A sociedade do cansaço* (2010) e em textos posteriores, Han argumenta que a sociedade disciplinar de Foucault deu lugar a uma *sociedade de desempenho* na qual o sujeito explora a si mesmo. A reciprocidade com o outro é substituída por uma **autoexploração que produz burnout**. Nesse cenário, o sintoma central é a exaustão. Os agentes sociais individuais cada vez mais esgotados não conseguem mais entrar em relação com outras pessoas ou instituições, porque qualquer tipo de relação exige uma energia de reconhecimento que já foi consumida na performance de si. Han acrescenta que a *transparência digital* e a *exigência de autenticidade permanente* destroem o espaço de reserva necessário à reciprocidade (o intervalo, o *não-dito*, a possibilidade de não responder imediatamente).

Entendo que entre os sintomas contemporâneos destacam-se: (a) epidemia de solidão e o declínio das vinculações presenciais; (b) precarização do trabalho e erosão das reciprocidades laborais; (c) crise do cuidado e assimetrias de gênero; (d) reciprocidade simulada e captura as-

simétrica; (e) individualização, aceleração e fadiga das vinculações; (f) polarização, desconfiança institucional e colapso dos laços públicos. Vejamos em cada um deles, suas particularidades.

Epidemia de solidão, declínio das vinculações presenciais

A epidemiologia e a sociologia das duas primeiras décadas do século 21 consolidou a solidão como sintoma mensurável. Relatórios de saúde pública, pesquisas de coorte e estudos de redes sociais documentam o aumento do número de pessoas que reportam não ter com quem conversar sobre assuntos importantes, o crescimento dos lares unipessoais e a redução do tempo dedicado a interações *face a face*. Sherry Turkle, em **Alone Together** (2011) e em trabalhos posteriores, sustenta argumentos que nos permitem afirmar que as tecnologias de conexão produzem a ilusão de companhia *sem as demandas* da reciprocidade real. A presença constante de dispositivos permite evitar o risco do encontro — o silêncio, a discórdância, a obrigação de retribuir atenção — e, com isso, atrofia a capacidade de sustentar laços.

A crítica a Turkle apontou o risco do que podemos chamar de *tecnodeterminismo*. Contudo, salvo reações contrárias e contraditórias aos sentidos atribuídos à perspectiva teórica segundo

a qual a tecnologia constitui a força principal e autônoma que afeta diretamente a sociedade, a cultura e as relações humanas, é preciso entender que no tecnodeterminismo, o *desenvolvimento técnico* **determina** de modo decisivo *as formas de organização social*, os *comportamentos* e as *instituições*, **reduzindo** o papel da agência humana e dos fatores sociais, políticos ou culturais na produção da mudança histórica erigida pela socio-tecnia emergente. Porém, o uso de redes sociais são marcados por correlações entre tempo de tela, comparação social e sentimentos de isolamento. Sendo assim, o *sintoma* não é a ausência de contatos, mas a qualidade degradada da reciprocidade que se caracterizam por interações frequentes, porém superficiais, por métricas de engajamento que substituem a obrigação moral, e pela possibilidade permanente de saída sem custo relacional aparente.

Precarização do trabalho e erosão das reciprocidades laborais

No campo do trabalho, o colapso de reciprocidade se manifesta na passagem do emprego estável — que implicava, ao menos idealmente, obrigações mútuas de lealdade e proteção — para formas de vinculação marcadas pela unilateralidade. Guy Standing (2011) descreveu o precariado

como classe marcada pela ausência de garantias e pela impossibilidade de projetar reciprocidades de longo prazo. O trabalhador precário não pode esperar retorno proporcional ao investimento de tempo e de disponibilidade; a relação se torna imediatamente cancelável - já explicitamos em capítulos anteriores.

Nesses termos é preciso fazer avanços. É indispensável analisar os efeitos da **gig economy** e **plataformas de trabalho**, ou seja, os efeitos provocados pela economia de trabalhos temporários, flexíveis e sob demanda, mediada por plataformas digitais, na qual os trabalhadores atuam como autônomos sem vínculo empregatício formal. Esse panorama, ao meu ver, aprofunda o diagnóstico escondido na métrica de avaliação (estrelas, taxas de aceitação), na simulação de um tipo de *reciprocidade de reputação*, que operam sob assimetria radical. Notemos que o trabalhador é avaliado continuamente, enquanto a plataforma e o cliente permanecem relativamente opacos e impunes. A obrigação de retribuir se transforma em obrigação de performar disponibilidade permanente. O sintoma é a ansiedade crônica e a impossibilidade de estabelecer laços de solidariedade entre pares, uma vez que a competição é estruturalmente incentivada.

Crise do cuidado e assimetrias de gênero

Não se pode esquecer a sintomatologia dos colapsos de reciprocidade expressa na crise do cuidado. Nancy Fraser (2016) formulou a *crise do cuidado* como uma das contradições centrais do capitalismo financeirizado. Reafirmo a tese segundo a qual as formas tradicionais de reciprocidade baseadas no trabalho doméstico não remunerado — majoritariamente feminino — são erodidas pela entrada das mulheres no mercado de trabalho e pela redução dos sistemas públicos de proteção, sem que sejam substituídas por arranjos adequados. O resultado é uma crise de reprodução social: a reciprocidade de cuidado se torna escassa, privatizada ou mercantilizada de modo precário. A *naturalização do cuidado* como “dom” feminino sempre mascarou uma reciprocidade forçada e assimétrica. Quando essa naturalização se rompe — seja por recusa das mulheres, seja por sobrecarga insustentável — o colapso se torna visível. Consequências? Idosos abandonados, crianças com cuidado insuficiente, trabalhadores do cuidado migrante em condições de exploração extrema. O sintoma é a transformação do cuidado em mercadoria de baixo custo ou em fardo individual, dissolvendo a expectativa de reciprocidade coletiva.

Reciprocidade simulada e captura assimétrica

É nas plataformas digitais que o colapso assume a forma de simulação. As interfaces prometem conexão, compartilhamento e comunidade; os algoritmos, contudo, organizam a visibilidade de modo a maximizar o tempo de retenção e a extração de dados. A reciprocidade aparente (likes, comentários, compartilhamentos) é mediada por infraestruturas que privatizam o valor gerado pelas interações. Nick Srnicek (2017) e autores da crítica ao capitalismo de plataforma descrevem essa dinâmica como captura de um dos mais importantes elementos da reciprocidade: a expectativa de retorno simbólico. Como assim? O reconhecimento e/ou pertencimento passam a se manter nas relações sociais na medida em que alimenta a acumulação de dados e de atenção.

O sintoma específico é a assimetria estrutural. A assimetria estrutura se caracteriza por reduzir o número de perfis e conteúdos que capturam a maior parte da visibilidade. Não se pode desconsiderar que a maioria deles, de inopino, experimenta a intermitência do reconhecimento. Isso significa que a obrigação de retribuir se transforma em *obrigação de produzir conteúdo* constantemente, sob pena de desaparecimento algorítmico. A reciprocidade se torna uma corrida de soma zero pela atenção escassa. Em saúde mental o uso

de redes sociais enumeram **ansiedade de comparação**, medo de perder oportunidades (*fear of missing out*) e, paradoxalmente, sentimento de isolamento mesmo em meio a milhares de “conexões”.

Individualização, aceleração e fadiga das vinculações

Hartmut Rosa (2013 e 2019) articulou a aceleração social como processo que corroeu as condições temporais da reciprocidade. A premissa é explicitamente objetiva: reciprocidade exige tempo - *tempo para dar, tempo para esperar* o retorno, *tempo para reconhecer* a obrigação. A aceleração técnica, social e do ritmo de vida comprime esses intervalos. As relações se tornam simultaneamente mais numerosas e mais superficiais de modo que a expectativa de retorno imediato substitui a tolerância à indeterminação temporal que caracterizava formas generalizadas de reciprocidade.

O sintoma ? ...emerge a **fadiga relacional**. Os indivíduos reportam esgotamento diante da quantidade de interações que devem gerir e da impossibilidade de aprofundá-las. Eva Illouz (2007 e 2019), ao analisar o *capitalismo emocional*, mostrou como as relações afetivas são progressivamente enquadradas por gramáticas de eficiência, escolha e otimização. O Outro se tor-

na um recurso a ser avaliado, e a reciprocidade se subordina a critérios de satisfação individual. Quando a satisfação não se concretiza, a saída se torna a opção preferencial, enfraquecendo a obrigação de permanecer e de retribuir.

Polarização, desconfiança institucional e colapso dos laços públicos

Entendo que um último conjunto de sintomas dos colapsos de reciprocidade concerne à esfera pública. A polarização política e a erosão da confiança nas instituições transformam o espaço comum em campo de suspeita. A reciprocidade cívica — a expectativa de que o Outro, mesmo discordante, compartilhe um mínimo de regras de convivência — se enfraquece. Autores como Jürgen Habermas, em suas análises tardias sobre a esfera pública, e estudiosos da polarização (Levitsky e Ziblatt, 2018; diversos trabalhos pós-2016) documentam a passagem de adversários a inimigos e a recusa de reconhecer a legitimidade do Outro.

O sintoma é a fragmentação discursiva e a impossibilidade de estabelecer obrigações mútuas de justificação. Nas redes sociais, a lógica de *reforço de bolhas* e de *recompensa emocional da indignação* acelera esse processo. A reciprocidade pública se reduz a alianças identitárias de curto

prazo, enquanto a desconfiança generalizada paralisa formas mais amplas de solidariedade.

Diante do exposto, é fundamental reconhecer que os colapsos de reciprocidade não são meros efeitos colaterais de processos econômicos ou tecnológicos, já que constituem-se tal qual problema central de **vinculação social**. Há consenso de que a solidão, a precarização, a crise do cuidado, a simulação digital e a fadiga relacional são sintomas interligados. A maioria dos autores articula esses sintomas a transformações do capitalismo (neoliberal, financeirizado, de plataforma) e a mudanças nos regimes de subjetividade (individualização, desempenho, aceleração). Por conseguinte, em oposição, encontramos as divergências principais concernentes à causalidade e ao diagnóstico normativo.

Vejamos: autores como Putnam e, em certa medida, Turkle tendem a enfatizar perdas de formas anteriores de vinculação, correndo o risco de nostalgia. Autores como Beck, Ehrenberg e Rosa enfatizam a ambivalência da individualização: libertação e sobrecarga simultâneas. Han e parte da crítica cultural radicalizam o diagnóstico de esgotamento e de impossibilidade de relação autêntica, enquanto autores da economia solidária e dos comuns insistam na emergência de novas formas de reciprocidade sob condições adversas. No campo do cuidado, há tensão entre leituras

que enfatizam a mercantilização e leituras que enfatizam a recusa feminina da reciprocidade forçada como potencial emancipatório. Defendo que tornar-se-á necessário erigir no campo antropopsicossocial pesquisas longitudinais sobre trajetórias de isolamento e de recomposição de laços, sem perder de vista a dimensão processual dos colapsos de reciprocidade.

Finalmente, quero destacar que os sintomas dos colapsos de reciprocidade nas sociedades contemporâneas — solidão estrutural, precarização das vinculações laborais, crise do cuidado, simulação digital, fadiga relacional e polarização — não constituem meros indicadores de mal-estar individual. São corolários da fragilização de um dos operadores fundamentais da vida social: a **expectativa** de que o gesto, o afeto, o trabalho ou a atenção oferecidos encontrem algum modo de retorno que mantenha a interdependência. Tais sintomas são simultaneamente estruturais e subjetivos, econômicos e morais, tecnológicos e afetivos. Para analisá-los exige de cada um de nós a recusa tanto do nostalgia de formas passadas de reciprocidade quanto da celebração acrítica das novas formas de conexão.

O desafio teórico consiste em precisar **os mecanismos** pelos quais a obrigação de retribuir *se dissolve* ou *se torna impossível*, sem reduzir esses mecanismos a uma única causa (neoliberalismo,

tecnologia, individualismo). Politicamente, o reconhecimento desses sintomas coloca a questão de *quais arranjos institucionais, quais práticas coletivas e quais regimes de temporalidade* seriam capazes de reabrir espaços de reciprocidade que não sejam nem forçados nem meramente simulados. Nesse veio, ainda estamos mais orientados aos diagnósticos do que à busca de respostas. Sabamos, pois, que essa **assimetria** entre a *clareza dos sintomas* e a *indeterminação das saídas* constitui, ela própria, um dos traços do presente.

Afiliações Primárias

As afiliações primárias constituem o núcleo das vinculações sociais. Designam aqueles laços caracterizados pela *proximidade face a face*, pela *duração prolongada*, pela *carga afetiva intensa* e pela *formação da identidade pessoal*. Em oposição às afiliações secundárias — instrumentais, impessoais e orientadas a fins específicos —, as afiliações primárias organizam o espaço da intimidade, do reconhecimento mútuo e da expectativa de reciprocidade generalizada. Família,

parentesco próximo, amizade íntima e, em certos contextos, vizinhança e comunidade local, historicamente ocuparam esse lugar.

Nas sociedades contemporâneas, essas afiliações se encontram sob tensão aguda. Os processos de individualização, precarização, aceleração e mediação digital, já identificados como vetores de colapso de reciprocidade, incidem de modo particularmente intenso sobre os laços primários. O que antes operava sob a lógica da obrigação difusa e do retorno indeterminado no tempo passa a ser negociado, mensurado, interrompido ou simulacro. Meu interesse não é restaurar uma imagem idealizada das afiliações primárias do passado, mas compreender os modos pelos quais se reconfiguram — e se fragilizam — sob condições de erosão das expectativas de retorno.

A formulação canônica do conceito de afiliação primária remonta a Charles Horton Cooley, em **Human Nature and the Social Order** (1902) e, de modo mais explícito, em **Social Organization** (1909). Cooley define os grupos primários como aqueles caracterizados pela associação e cooperação face a face, pela intimidade, pela totalidade da personalidade envolvida e pela formação do sentimento de “nós”. A família, o grupo de brincadeira infantil e a vizinhança constituem os exemplos paradigmáticos. Nesses grupos, os agentes sociais individuais *internalizam as ati-*

tudes dos outros e constituem o **self especular** (*looking-glass self*), ou seja, a imagem de si emerge do reconhecimento refletido pelos próximos.

Para Cooley, os grupos primários não são meros agregados afetivos. São o solo moral e cognitivo da sociedade. A reciprocidade que neles vigora é *difusa, não contratual* e altamente carregada de *expectativa de lealdade*. A **falha** nessa reciprocidade não tipifica desajuste relacional, mas, certamente, *ameaça* a própria coerência do self. Ferdinand Tönnies, em **Gemeinschaft und Gesellschaft** (1887), havia antecipado a distinção em termos de formas de vontade social. A *Gemeinschaft* (comunidade) se funda na vontade orgânica, no parentesco, na vizinhança e na amizade, e opera por compreensão mútua e hábitos compartilhados. A *Gesellschaft* (sociedade) se funda na vontade refletida, no cálculo e no contrato. As afiliações primárias *pertencem* ao registro da *Gemeinschaft*. Tönnies já diagnosticava a tendência histórica de expansão da *Gesellschaft* e o conseqüente enfraquecimento das formas comunitárias de vinculação.

Émile Durkheim, embora não utilize a terminologia de grupos primários, oferece um enquadramento complementar. Na *solidariedade mecânica* das sociedades segmentares, as afiliações primárias (clã, linhagem, comunidade local) sustentam a consciência coletiva. Na *solidariedade*

orgânica das sociedades modernas, a diferenciação funcional desloca o centro de gravidade para afiliações secundárias, mas as afiliações primárias permanecem como resíduo necessário de integração emocional. Ao meu ver, a anomia, em Durkheim, pode ser entendida, em parte, como o *colapso da capacidade* das afiliações primárias de regular as expectativas e de oferecer reconhecimento.

Georg Simmel acrescenta a complexa dimensão da forma social ao debate. Em seus ensaios sobre a amizade, a intimidade e a díade, Simmel mostra que as relações primárias se caracterizam pela exclusividade relativa, pela totalidade da personalidade envolvida e pelo risco elevado de ruptura. A reciprocidade na díade é particularmente frágil porque depende da continuidade da vontade de ambos; não há terceiro que a estabilize. Essa fragilidade estrutural torna as afiliações primárias especialmente sensíveis aos processos de individualização e de aceleração. Porquanto, as definições clássica articulam desde a relação entre *proximidade e face a face*, *carga afetiva e formação do self* até *expectativa de reciprocidade difusa*, não estritamente contabilizada. Entendo que colapso contemporâneo incide sobre cada um desses elementos.

A partir dos anos 1980 e 1990, a crítica ao modelo genealógico (David Schneider, 1968; 1984) e a emergência do **paradigma da relatedness** (Ja-

net Carsten, 2000; 2004; Marilyn Strathern, 1992) reformularam radicalmente o campo. Relatedness não se reduz ao laço de sangue ou à aliança matrimonial, dado que se constitui por práticas cotidianas de compartilhamento de substâncias, de comida, de tempo e de cuidado. As afiliações primárias se tornam, assim, processos situados e performativos, e não estruturas dadas. Isso ocorre porque as afiliações primárias são também regimes de imagem e de narrativa. O “nós” familiar, o amigo íntimo, o vizinho de confiança são figuras do imaginário que organizam expectativas afetivas e morais. São figuras que se estabilizam ou se degradam. Em contextos de colapso de reciprocidade, as imagens de intimidade e de pertencimento produzem formas de sofrimento específicas como a nostalgia de um “nós” que não se realiza, a espera de reconhecimento que não chega, a projeção de lealdade sobre relações que já operam sob lógica contratual.

É preciso destacar que *a transformação da família* constitui o campo mais denso de análise das afiliações primárias contemporâneas. Anthony Giddens, em **The Transformation of Intimacy** (1992), argumentou que as relações íntimas se deslocam do modelo de dever e de permanência para o modelo da **relação pura** que são mantida apenas enquanto ambas as partes obtêm satisfação suficiente. A reciprocidade se torna

continuamente negociada e avaliada. Emerge o que se chama de *família negociada*, indissociada de processos de individualização das biografias familiares. Nesse sentido, os laços primários não desaparecem e nem se estabilizam de imediato. Tornam-se mais reflexivos, mais frágeis e mais dependentes do trabalho emocional contínuo de manutenção dos envolvidos. As facetas dos colapsos de reciprocidade se manifestam aqui como assimetria de investimento e como incerteza quanto à permanência. Aliás, o fenômeno do divórcio, a emergência de famílias monoparentais e sobre a “geração sanduíche” - adultos que cuidam simultaneamente de filhos e de pais idosos - documentam a sobrecarga de expectativas de cuidado sobre um número reduzido de pessoas, enquanto as redes amplas de parentesco se retraem. Em tal problemática. Eva Illouz (2007 e 2019) acrescenta a dimensão do *capitalismo emocional* evidenciando que as relações familiares e amorosas são progressivamente enquadradas por gramáticas de escolha, de compatibilidade e de otimização.

Outro elemento que expressa as tensões das afiliações primárias é a amizade. A amizade figura, em diferentes tradições sociológicas, como afiliação primária por excelência fora do parentesco. Encontramo-nos entre a *valorização cultural da amizade* e a dificuldade de sustentação

sob condições de modos de vida marcados por aceleração e de mobilidade constante. As redes de amizade são afetadas pela redução do número de confidentes próximos e o aumento da proporção de pessoas que reportam *não ter com quem discutir assuntos importantes*. Efetivamente, a compressão do tempo e a exclusividade necessários à intimidade deflacionam a reciprocidade de atenção. A exaustão pela qual os agentes sociais individuais atravessam torna a amizade onerosa. A *afiliação primária amical* se torna, paradoxalmente, mais desejada e mais difícil de sustentar.

A vizinhança e a comunidade local constituíram, para Cooley e Tönnies, formas privilegiadas de afiliação primária. Diante do aumento do tempo de deslocamento, a privatização do lazer, a rotatividade residencial e a mediação digital das interações as oportunidades de reciprocidade reduzem os contatos face a face não instrumental. As *interações de corredor* - prédios, repartições, antessalas, elevadores - e as *interações de calçada* confirmam essa tendência. A afiliação primária de vizinhança se transforma, em muitos contextos, em **indiferença educada** ou em **suspeita**. A reciprocidade de favores cotidianos, de vigilância mútua e de reconhecimento nominal se dissolve.

No entanto, considero que desloquemos nosso olhar para um aspecto frequentemente residual nas análises sociológicas: a persistência das

imagens de afiliação primária mesmo quando as práticas de reciprocidade se degradam. A vergonha de não conseguir sustentar o “nós” idealizado, a nostalgia de um pertencimento que não se realiza, a projeção de lealdade sobre relações já corroídas pelo cálculo, são sintomas, já analisados em capítulos anteriores. É o caso, similar e intensivo, das afiliações primárias quando são simultaneamente simuladas e espetacularizadas. Refiro-me à exposição da intimidade familiar e amical nas redes, já que produz uma tal *reciprocidade de visibilidade* que se substitui, em parte, à *reciprocidade de presença*. Emergem as tecnologias sociais das *performances ordinárias*, rituais sociais que elevam às sutilezas da busca por distinção a reproduzibilidade de um Mesmo repetitivo, convergendo-se, sempre, a modos circulares de ser, sentir, agir e expressar, *cópia-de-cópia*.

Entendamos que as afiliações primárias não desaparecem...se reconfiguram sob condições de maior reflexividade, maior fragilidade e maior assimetria. A crise das afiliações primárias está associada à crise mais ampla da reprodução social e dos regimes de reconhecimento. São fenômenos de ambivalência, entretanto. É que as afiliações primárias permanecem o lugar no qual os *colapsos de reciprocidade* se tornam mais íntimos e mais dolorosos. É no interior da família, da amizade e das redes proximais que a expecta-

tiva de retorno difuso se confronta de modo mais direto com sobrecarga assimétrica de desconexão entre imagens idealizadas e práticas efetivas. Considero que o desafio teórico consiste em compreender essas transformações sem recorrer nem à nostalgia de uma *Gemeinschaft* perdida nem à celebração acrítica da individualização. As afiliações primárias continuam a ser o solo privilegiado da formação do self e do reconhecimento mútuo. E, nesse espaço tensivo de produção de conhecimento - prático e acadêmico - questionar: será possível precisar os mecanismos pelos quais as expectativas de reciprocidade se erodem no núcleo mais denso das vinculações sociais — e identificar as práticas, ainda emergentes, de recomposição de laços sob condições adversas?

Distributividade

O conceito de distributividade designa um conjunto de processos de negociação endoplástica que ocorrem no interior das interações sociais contemporâneas. Esses processos impulsionam os agentes a mobilizarem formas genuínas de *performatividade indexicalizada* — isto é, performances referenciadas por contextos proximais de crenças, interesses e ações —, mediadas por instrumentos culturais cuja natureza fundamental é dispersiva e situacional. A distributividade emerge, portanto,

não como estrutura externa ou ideologia pré-constituída, mas como dinâmica imanente às vinculações sociais que tentam, de modo concorrente e quase sempre opaco, responder aos *sintomas dos colapsos de reciprocidade*. Minha intenção é provocar análises centradas em teorias sociais contemporâneas, com atenção especial às tradições interacionistas, à performatividade, à indexicalidade e às abordagens que tratam de processos metaestáveis de individuação e recomposição de laços. Logo, articulo a problemática da reciprocidade com as teorias da interação.

O deslocamento contemporâneo dos *colapsos de reciprocidade* consiste em interrogar o que ocorre quando expectativas se erodem e os agentes se veem obrigados a improvisar, negociar e redistribuir sentidos de obrigação no próprio curso da interação. A virada interacionista oferece aqui um ponto de partida decisivo. George Herbert Mead e Herbert Blumer insistiram em que *o significado emerge da interação* e não a precede como conteúdo externo. Erving Goffman, por sua vez, mostrou que a ordem da interação possui autonomia relativa e que os sujeitos mobilizam continuamente recursos de face, enquadramento e performance para sustentar definições situacionais da realidade. A reciprocidade, sob essa ótica, passa a ser algo que se constitui — ou falha em se constituir — no próprio desenrolar da interação.

A contribuição de Anselm Strauss sobre a **ordem negociada** aprofunda essa perspectiva. Como assim? As relações sociais, inclusive aquelas marcadas por expectativas de retorno, são continuamente negociadas. Essa negociação não é meramente estratégica no sentido racional-instrumental; outrossim, é endógena aos processos de vinculação. É nesse registro que se pode situar a ideia de “negociação endoplástica”. Entendo que esse tipo de negociação consiste em arranjos internos, que em nuances plásticas, flexíveis e situadas das expectativas e das obrigações, regem no interior mesmo das interações os colapsos de reciprocidade.

O conceito de distributividade articula-se de modo central com duas tradições: a da performatividade e a da indexicalidade. A **performatividade**, desde J. L. Austin, designa a capacidade de certos atos de *produzir efeitos* pelo próprio fato de serem enunciados ou encenados. Erving Goffman deslocou essa noção para o plano da apresentação do self e da administração da impressão. Judith Butler radicalizou o argumento ao mostrar que a performatividade não é expressão de uma interioridade prévia, mas *reiteração estilizada de normas* que, ao mesmo tempo, constituem o sujeito. Nas sociedades contemporâneas, a performatividade torna-se um recurso permanente de manutenção de laços frágeis.

A **indexicalidade**, por sua vez, é conceito central da etnometodologia de Harold Garfinkel. Os significados são indexicais, isto é, dependem de contextos situacionais para serem inteligíveis aos agentes sociais individuais. A linguagem e a ação ordinárias não operam por referência a regras abstratas universais, mas por *remissão contínua a circunstâncias proximais*. Por isso mesmo, ratifico que a performatividade indexicalizada, tal como mobilizada no conceito de distributividade, designa precisamente o uso de performances que se referenciam em contextos próximos — crenças situadas, interesses imediatos, instrumentos culturais disponíveis — e não em ideologias totalizantes ou intencionalidades pré-fabricadas.

Essa articulação permite compreender por que, sob condições de colapso de reciprocidade, os agentes não recorrem prioritariamente a grandes narrativas ideológicas, mas a ajustes locais, improvisações e redistribuições situacionais de sentido e de obrigação. A distributividade nomeia exatamente essa qualidade dispersiva e contextualmente referenciada das práticas de vinculação.

Um dos aspectos mais desafiadores do conceito de distributividade é a afirmação de que as dinâmicas de resposta aos colapsos de reciprocidade interretroagem com configurações sofisticadas, invisíveis, opacas e metaestáveis. A noção de metastabilidade encontra em Gilbert

Simondon considera o indivíduo como o resultado de processos de individuação que partem de estados metaestáveis — estados de tensão e potencialidade que ainda não se resolveram em formas estáveis. Aplicada ao social, a metaestabilidade designa configurações relacionais que não se estabilizam plenamente, permanecendo em tensão produtiva ou destrutiva, difíceis de objetivar porque escapam tanto à estabilização normativa quanto à dissolução completa.

Nas sociedades contemporâneas muitas formas de vinculação operam precisamente nesse registro metaestável. Porquanto, vale destacar que as tentativas de superar sintomas de colapso de reciprocidade (solidão, desconfiança, sobrecarga de cuidado, simulação digital de conexão) não produzem necessariamente novas estruturas sólidas, mas arranjos provisórios, opacos e de difícil formalização. E, a distributividade, enquanto negociação endoplástica, opera no interior desses estados metaestáveis, redistribuindo continuamente os termos da interação sem que essa redistribuição se cristalize em formas facilmente apreensíveis pelo olhar sociológico convencional.

À luz das tradições supracitadas, o conceito de distributividade pode ser delimitado como termo que designa uma qualidade processual das interações sob condições de fragilização das expectativas de retorno. Seu caráter “distributi-

vo” reside na dispersão situacional dos recursos de sentido e de obrigação, bem como na ausência de um centro único de prescrição. Sendo assim, nas sociedades contemporâneas, a distributividade manifesta-se com particular intensidade em vários campos.

No domínio das afiliações primárias, os agentes redistribuem continuamente expectativas de cuidado, lealdade e presença, negociando de modo endoplástico os termos da reciprocidade familiar e amical sob condições de individualização e precarização. A performatividade indexicalizada torna-se quase obrigatória em interações mediadas por interfaces que exigem ajustes constantes a contextos proximais de visibilidade, engajamento e reputação, seja em contexto online ou offline, digital ou analógico, real ou virtual.

Considero que as *negociações endoplásticas* ilustram a distributividade de modo dramático. Por que? Porque as obrigações *não se estabilizam*. Emergem de modo redistribuído, agenciado por configuração opaca e frequentemente desigual entre parentes, mercado e Estado. Assim, a distributividade aparece como tentativa de recomposição situada de laços, muitas vezes por meio de microajustes interacionais que não chegam a constituir solidariedades amplas, mas sustentam formas volitivas de vinculação, devido a interação, a performatividade e a indexicalidade apon-

tarem para a dimensão da opacidade e da provisoriedade.

Ao deslocar a análise dos colapsos de reciprocidade do plano das grandes narrativas (declínio do capital social, individualização, aceleração) para o plano dos processos interacionais concretos nos quais os agentes tentam responder aos sintomas, interessa-me reconhecer o caráter concorrente e metaestável de situações responsivas em dissolução iminente de rearranjos não esperados. Nesse itinerário heurístico, o conceito de distributividade oferece uma ferramenta analítica promissora para compreender as dinâmicas de resposta aos colapsos de reciprocidade nas sociedades contemporâneas. Ao situar a emergência da reciprocidade (e de suas tentativas de recomposição) no interior mesmo da interação, a distributividade, em última instância, nomeia a qualidade dispersiva, situada e endoplasticamente negociada das práticas pelas quais os agentes contemporâneos tentam, de modo sempre incompleto e concorrente, sustentar laços sob condições de fragilização das expectativas de retorno.

...Espantos

O termo *espantos* designa as ausências, os silêncios e as assimetrias que provocam estranhamento crítico voltado aos colapsos de reciprocidade. Não se trata de omissões fortuitas ou de simples lacunas de cobertura empírica. Trata-se de vazios estruturais que revelam os limites epistemológicos, geográficos, metodológicos e teóricos de heurísticas dominantes no terreno sociológico. Esses espantos se tornam particularmente visíveis quando se confronta o volume crescente e sofisti-

cado de análises sobre solidão estrutural, precarização das vinculações, crise do cuidado, simulação digital de conexão e fragilização das afiliações primárias com o conjunto do que permanece insuficientemente teorizado, etnografado, historicizado ou articulável às hermenêuticas dos colapsos de reciprocidade — compreendidos aqui como processos de erosão, assimetria extrema, dissolução ou simulação das expectativas de retorno e das obrigações de retribuição.

Nas últimas três décadas, diagnósticos sobre individualização, aceleração social, capitalismo emocional, sociedade do cansaço e capitalismo de plataforma circulam com vigor. Contudo, a própria densidade desses diagnósticos torna mais nítidas as zonas de sombra. O que espanta não é a ausência de análises, mas a persistência de recortes que deixam de fora dimensões centrais da experiência contemporânea dos laços sociais. Por isso, o uso recorrente do termo *espantos*, consiste em *implicação* para mapear as lacunas que, pela sua recorrência e pela sua densidade crítica, configuram espantos epistemológicos fecundos. O objetivo é contribuir para um horizonte que questione os recortes constitutivos do próprio campo interdisciplinar em ciências sociais, suas dialogias com a transdisciplinaridade, sem perder o rigor científico em termos de consistência criteriosa de análises e derivações epistemológicas subsequentes.

O primeiro recorte analítico é geográfico e multiétnico. A maior parte das etnografias fundadoras e das tipologias subsequentes aos elementos da reciprocidade privilegiou, de um lado, sociedades não ocidentais classificadas como arcaicas ou tradicionais e, de outro, sociedades do Atlântico Norte contemporâneo. As formas urbanas, periféricas, pós-coloniais e de capitalismo dependente entraram tardiamente no debate e, com frequência, de modo residual ou ilustrativo. O segundo recorte é o da escala analítica. As análises clássicas e muitas de suas herdeiras contemporâneas oscilam entre o grande diagnóstico macrosocial e a diáde íntima ou o grupo primário, deixando em sombra as práticas intermediárias, as redes de extensão média e os processos longitudinais de dissolução e recomposição de agrupamentos sociais.

O terceiro recorte é o da dimensão simbólica e imaginária. Embora Mauss e a tradição da antropologia simbólica tenham insistido no caráter total, moral e cosmológico da troca, a literatura sobre colapsos contemporâneos tende a privilegiar indicadores objetivos — taxas de solidão, índices de capital social, métricas de engajamento digital — em detrimento dos regimes de imagem, das narrativas de pertencimento e das estruturas do imaginário que sustentam ou corroem as expectativas de retorno.

Esses recortes não são meros antecedentes

históricos. Eles continuam a operar, de modo implícito, na seleção de problemas, de métodos e de *lugares de enunciação sociológica* na produção contemporânea de conhecimento. Por isso, alimentam os espantos que frequentemente emergem como ilustração de precariedade extrema, como campo de aplicação de categorias geradas alhures ou como confirmação de tendências universais. Sendo assim, insisto em explicitar que as formas específicas de reciprocidade e de seu colapso em periferias urbanas latino-americanas, africanas ou asiáticas — redes de parentesco ampliado, solidariedades de favela e de bairro, economias populares de favor, de dívida moral e de cuidado coletivo, práticas de reciprocidade em contextos de informalidade e de violência estrutural — permanecem subteorizadas. Do mesmo modo, autores latino-americanos, africanos e asiáticos que trabalham na intersecção entre antropologia urbana, economia popular, teoria social e estudos decoloniais são raramente integrados de modo orgânico aos debates internacionais sobre colapso de reciprocidade.

O resultado é um diagnóstico que universaliza sintomas característicos de sociedades de alto individualismo, alta mediação digital e relativamente elevados níveis de proteção social residual, subestimando tanto as persistências de formas generalizadas de reciprocidade quanto as moda-

lidades específicas de sua erosão em contextos de desigualdade estrutural, de colonialidade persistente e de capitalismo dependente.

A crítica que aponto sob forma de *espantos* reitera o problema de assimetria epistêmica. Contudo, a literatura específica sobre colapsos de reciprocidade ainda absorveu de modo insuficiente essas críticas. O espanto reside precisamente na desproporção entre a sofisticação analítica dos diagnósticos sobre solidão, fadiga relacional e transformação da intimidade no Norte e a rarefação de teorias equivalentes geradas a partir das periferias e capazes de dialogar em igualdade de condições com os debates internacionais. Não se trata apenas de “incluir casos”. Trata-se de reconhecer que os conceitos mesmos de solidão, de individualização e de colapso de reciprocidade podem exigir reformulação quando deslocados para contextos em que as redes de parentesco, as solidariedades de sobrevivência e as economias morais operam sob lógicas distintas.

Outro fosso teórico-metodológico, ainda opaco, é lacuna interseccional. Embora a crise do cuidado e as assimetrias de gênero tenham recebido atenção - especialmente a partir dos trabalhos de Nancy Fraser sobre as contradições entre capital e cuidado, de Silvia Federici sobre a reprodução social e a exploração do trabalho doméstico, e de Arlie Hochschild sobre o trabalho emocional -, a

articulação sistemática entre colapsos de reciprocidade e desigualdades de raça, classe e colonialidade permanece insuficiente. Quis demonstrar que a solidão, a precarização das afiliações primárias, a erosão das expectativas de retorno e a simulação digital de conexão não são experienciadas de modo homogêneo. Mulheres negras, populações indígenas, trabalhadores migrantes, grupos racializados e coletivos atravessados por múltiplas opressões enfrentam formas específicas de erosão de laços e, simultaneamente, de sobrecarga de obrigações de cuidado que não se reduzem aos diagnósticos generalistas de individualização, de aceleração ou de sociedade do desempenho.

A literatura feminista negra, decolonial e interseccional tem produzido análises potentes sobre a ética do cuidado em contextos de sobrevivência coletiva, sobre a exploração do trabalho reprodutivo racializado e sobre as solidariedades forjadas sob condições de violência estrutural. No entanto, esses trabalhos raramente são colocados em diálogo direto e simétrico com as teorias do colapso de reciprocidade elaboradas entre cruzamentos fecundos, multirreferenciais, com as epistemologias marginais. O resultado é uma cisão persistente: de um lado, diagnósticos sofisticados de solidão, de fadiga relacional e de corrosão da alteridade que pressupõem, com frequência, su-

jeitos relativamente protegidos por sistemas de bem-estar residual e por posições de classe e de raça privilegiadas; de outro, análises de exploração, de resistência e de solidariedade que não dialogam plenamente com a problemática da reciprocidade como operador central de vinculação social.

O *espanto em tensões de criticidade* consiste na persistência dessa cisão mesmo após décadas de críticas interseccionais, feministas e decoloniais. A literatura sobre colapsos de reciprocidade continua, em grande medida, a tratar raça, classe e colonialidade como variáveis de ajuste ou como fatores de agravamento, e não como dimensões constitutivas dos processos de erosão, de assimetria e de possível recomposição dos laços. Sem essa articulação constitutiva, os diagnósticos permanecem cegos às formas diferenciais de vivência do colapso e às modalidades específicas de agência que emergem nos interstícios das opressões.

Outro *espanto* que se me atravessa em particularidades seminais refere-se à dimensão simbólica e imaginária. A antropologia do imaginário, na linhagem de Gilbert Durand e de seus desdobramentos, e a antropologia simbólica oferecem ferramentas analíticas para compreender como as expectativas de reciprocidade se sustentam em regimes de imagem, em narrativas de pertencimen-

to, em figuras do “nós” e em estruturas afetivas profundas. Todavia, ao meu ver, a reciprocidade não opera *reductio ad absurdum* quanto a plano das práticas materiais e das obrigações morais explícitas. É preciso entender em profundidade os imaginários de lealdade, de reconhecimento mútuo, de continuidade e de dívida simbólica. Quando esses imaginários se desacoplam das condições materiais e temporais de realização das práticas de retorno, produzem-se formas específicas de sofrimento que não são capturadas por indicadores quantitativos de solidão ou por índices de capital social. Alhures, aponte que a literatura dominante sobre colapsos de reciprocidade privilegia, contudo, indicadores comportamentais, métricas de associação, análises de economia política e diagnósticos de subjetividade performática, deixando em segundo plano os regimes de imaginário que tornam a erosão dos laços subjetivamente inteligível e moralmente dolorosa.

A persistência de imagens idealizadas de família, de amizade verdadeira, de comunidade solidária e de reconhecimento mútuo — mesmo quando as práticas efetivas de retribuição se degradam — constitui um campo de análise ainda marginal. Da mesma forma, a captura das imagens de intimidade, de pertencimento e de cuidado pela economia da atenção digital permanece subteorizada do ponto de vista da antropologia

do imaginário. As plataformas que medeiam interações, reorganizam os regimes de visibilidade e de valorização simbólica das afiliações, transformando o reconhecimento em métrica e a obrigação em performance.

Meu *espanto ecológico* reside na relativa indiferença de grande parte da literatura sociológica e mesmo antropológica contemporânea a essas dimensões, apesar da tradição clássica ter insistido, desde Mauss, no caráter total, moral e cosmológico da troca. Insisto em reafirmar que a reciprocidade colapsa também no registro das imagens e das narrativas. Ignorar esse registro empobrece o diagnóstico e deixa inexplicadas formas de sofrimento que derivam precisamente da desconexão entre o imaginário da afiliação e as condições de sua realização prática.

Não posso deixar de trazer à tona o *espanto* metodológico e etnográfico. Falta uma etnografia sistemática das *tensões de reciprocidade* sob condições adversas que inclua questionamentos incômodos a respeito de *como se decide*, no cotidiano, a quem ajudar e a quem deixar de retribuir; *como se narram* as falhas de retorno; *como se negociam* os intervalos temporais da obrigação; *como se reconstroem*, ainda que precariamente, horizontes de expectativa após decepções repetidas. Sem essa densidade etnográfica, os diagnósticos permanecem excessivamente abstratos, pouco atentos à

agência situada e incapazes de distinguir entre diferentes modalidades de erosão e de resistência. A sexta lacuna é *temporal e processual*. A maior parte dos diagnósticos sobre colapsos de reciprocidade opera com cortes sincrônicos, com séries históricas agregadas ou com tipologias estáticas. O isso significa?

Significa que faltam análises longitudinais e processuais das trajetórias concretas de dissolução, de manutenção precária e de reconstituição de laços. Como se desfaz, ao longo do tempo e por meio de quais sequências de eventos, uma expectativa de reciprocidade? Quais rupturas precipitaram o colapso? Quais recursos materiais, simbólicos, relacionais e imaginários permitiram recomposições parciais ou a criação de novos horizontes de obrigação? Sem essa dimensão processual, o colapso aparece como estado ou como tendência generalizada, e não como processo situado, e a agência das pessoas se torna difícil de localizar e de analisar. Por isso mesmo, a ausência de temporalidades longas e de trajetórias também dificulta a compreensão das diferenças geracionais, das cicatrizes deixadas por crises econômicas e políticas e das formas de transmissão intergeracional de expectativas de reciprocidade e de suas falhas.

Espanta-me a falta uma análise rigorosa, nem nostálgica nem cínica, das condições materiais,

temporais, simbólicas e políticas sob as quais novas formas de reciprocidade se tornam possíveis, sustentáveis ou, ao contrário, se esgotam rapidamente. Sem essa análise, o campo permanece dividido entre o diagnóstico da catástrofe relacional e a celebração precária de alternativas, sem mediação teórica adequada. Urge desenvolver análises das formas emergentes de recomposição, evitando tanto a nostalgia de formas passadas quanto o cinismo que descarta toda experimentação como ilusória. O diagnóstico do colapso só se completa quando se examinam, com o mesmo rigor, as condições de possibilidade de novos laços.

Por fim, os *espantos* identificados e desenvolvidos neste capítulo não diminuem a relevância dos diagnósticos existentes sobre os colapsos de reciprocidade nas sociedades contemporâneas. No entanto, exige de todos nós o enfrentamento sistemático de assimetrias geográficas, interseccionais, simbólicas, metodológicas, temporais e normativas. O conceito clássico de reciprocidade continua a oferecer um ponto de partida insubstituível. Sua produtividade para a análise do presente dependerá da capacidade de incorporar os espantos aqui mapeados — não como adendos corretivos, mas como dimensões centrais de uma teoria social e antropológica dos laços sob condições de erosão, de assimetria e de possível

recomposição. Somente assim o campo poderá passar do inventário sofisticado dos sintomas à compreensão mais rigorosa dos processos, das diferenças e das aberturas que ainda permanecem à sombra. Caminhemos! *Circumspiciamus, corrigamus novisque viis incipiamus...!*

Referências

BANKMYCELL. Ghosting statistics. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. Liquid Love: On the Frailty of Human Bonds. Cambridge: **Polity Press**, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Liquid Modernity. Cambridge: Polity Press, 2000.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **Individualization**: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences. London: Sage, 2001.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **The Normal Chaos of Love**. Cambridge: Polity Press, 1995.

BERGGREN, Henrik; TRÄGÅRDH, Lars. **The Swedish Theory of Love: Individualism and Social Trust in Modern Sweden.** Seattle: University of Washington Press, 2022.

BJÖRKLUND LARSEN, Lotta. **A Fair Share of Tax: A Fiscal Anthropology of Contemporary Sweden.** Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

BLAU, Peter M. **Exchange and Power in Social Life.** New York: John Wiley & Sons, 1964.

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism.** Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **On Justification: Economies of Worth.** Princeton: Princeton University Press, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique.** Paris: Éditions de Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Méditations pascalien-nes.** Paris: Seuil, 1997.

BUMBLE. Earnings report Q1 2026. 2026.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble.** New York: Routledge, 1990.

CACIOPPO, John T.; PATRICK, William. **Loneliness: human nature and the need for social connection.** New York: W. W. Norton, 2008.

CAILLÉ, Alain. **Anthropologie du don: le tiers paradigme.** Paris: Desclée de Brouwer, 2000.

CARBONERO GAMUNDÍ, Maria Antònia; GÓMEZ GARRIDO, María. Construyendo un

nosotr@s interdependiente: el cuidado mutuo en los contramovimientos emancipatorios en España. **Empiria**, n. 58, 2023.

CARSTEN, Janet (Org.). **Cultures of Relatedness: new approaches to the Study of Kinship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CARSTEN, Janet. **After Kinship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **The Imaginary Institution of Society**. Cambridge: MIT Press, 1987.

CHANIAL, Philippe (Org.). **La société vue du don: manuel de sociologie anti-utilitariste appliquée**. Paris: La Découverte, 2008.

COOLEY, Charles Horton. **Social Organization: a study of the larger mind**. New York: Charles Scribner's Sons, 1909.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The Costs of Connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019.

DEI, Fabio. Culture e pratiche del dono e della solidarietà. **L'Italia e le sue Regioni**. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana Treccani, 2015.

DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

DURAND, Gilbert. **Les structures anthropologiques de l'imaginaire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1960.

DURKHEIM, Émile. **De la division du travail social**. Paris: Félix Alcan, 1893.

EHRENBERG, Alain. **La fatigue d'être soi: dépression et société**. Paris: Odile Jacob, 1998.

ELDER-VASS, Dave. **Profit and Gift in the Digital Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

ELDÉN, Sara. Relationality, (in)dependence, and care in “the most individualised country in the world”: Rethinking family relationships in Sweden. **Publicações e trabalhos da Lund University**, 2020-2023.

EMERSON, Richard M. Power-dependence relations. **American Sociological Review**, v. 27, n. 1, p. 31-41, 1962.

ESPVALL, Majen. From obligations to negotiations: Reciprocity and reflexivity in informal financial support. **European Journal of Social Work**, v. 11, n. 4, p. 355-367, 2008.

ESPVALL, Majen; DELLGRAN, Peter. Can we count on each other? Reciprocity and conflicts in financial support in Sweden. **International Journal of Social Welfare**, v. 19, n. 1, p. 84-94, 2010.

FAMILY TALKS; MARKET ANALYSIS. Pesquisa sobre solidão no Brasil. 2026.

FEDERICI, Silvia. **Re-enchanting the World: Feminism and the Politics of the Commons**. Oakland: PM Press, 2018.

FOLBRE, Nancy. **The Invisible Heart**: economics and family values. New York: The New Press, 2001.

FORBES HEALTH. Dating app burnout survey. 2024.

FRASER, Nancy. Contradictions of capital and care. **New Left Review**, n. 100, p. 99-117, 2016.

GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.

GIANTIN, Valter; GUANDALINI, Giovanni (Org.). **Cura e reciprocità**. Molti saperi per un contributo dialogico sulla reciprocità come nuovo paradigma di cura. Bologna: Il Mulino, 2024.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

GIDDENS, Anthony. **The Transformation of Intimacy**: sexuality, love and eroticism in Modern Societies. Cambridge: Polity Press, 1992.

GODBOUT, Jacques T. **L'esprit du don**. Paris: La Découverte, 1992.

GODELIER, Maurice. **L'énigme du don**. Paris: Fayard, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. New York: Harper & Row, 1974.

GOFFMAN, Erving. **The Presentation of Self in Everyday Life**. New York: Doubleday, 1959.

GOULDNER, Alvin W. The norm of reciprocity: a preliminary statement. **American Sociological Review**, v. 25, n. 2, p. 161-178, 1960.

GRAEBER, David. **Debt: The First 5,000 Years**. Brooklyn: Melville House, 2011.

GRAEBER, David. **Toward an Anthropological Theory of Value: the false coin of our own dreams**. New York: Palgrave, 2001.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HAN, Byung-Chul. **Müdigkeitsgesellschaft**. Berlin: Matthes & Seitz, 2010.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The Managed Heart: commercialization of human feeling**. Berkeley: University of California Press, 1983.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The Outsourced Self: intimate life in market times**. New York: Metropolitan Books, 2012.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The Second Shift: working families and the revolution at home**. New York: Viking, 1989.

HOLMBERG, Sören; ROTHSTEIN, Bo. Social Trust – The Nordic Gold? **QoG Working Paper Series**, n. 15, 2020.

HOMANS, George C. **Social Behavior: its elementary forms**. New York: Harcourt, Brace & World, 1961.

HONNETH, Axel. **The Struggle for Recognition**: the moral grammar of social conflicts. Cambridge: Polity Press, 1995.

HÉNAFF, Marcel. **Le prix de la vérité**: le don, l'argent, la philosophie. Paris: Seuil, 2002.

IBGE. PNAD Contínua: domicílios unipessoais. 2025.

ILLOUZ, Eva. **Cold Intimacies**: the making of emotional capitalism. Cambridge: Polity Press, 2007.

ILLOUZ, Eva. **The End of Love**: a sociology of negative relations. Oxford: Oxford University Press, 2019.

KUJALA, Antti; DANIELSBACKA, Mirkka. **Reciprocity in Human Societies**: From Ancient Times to the Modern Welfare State. Cham: Springer, 2019.

LEGARRETA-IZA, Matxalen; DE BLAS-BURUAGA, Isabel; UGENA-SANCHO, Sofía. Artigos sobre don, reciprocidade e cuidado em iniciativas comunitárias. **Revesco e periódicos espanhóis**, 2024-2025.

LUHMANN, Niklas. **Trust and power**. Chichester: Wiley, 1979.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Les structures élémentaires de la parenté**. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonauts of the Western Pacific**. London: Routledge, 1922.

MARIANO JUÁREZ, Lorenzo; RIVERO, Beatriz; CONDE, David (Org.). **Antropología de la soledad: teorías y etnografías contemporáneas**. Valencia: Tirant Humanidades, 2023.

MATCH GROUP. Earnings reports 2025-2026. 2025; 2026.

MAUSS, Marcel. Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. **L'Année Sociologique**, Paris, n. 1, p. 30-186, 1925.

MEAD, George Herbert. **Mind, Self, and Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MOLINA-LUQUE, Fidel. **Claves para unas relaciones sociales sostenibles**. Profiguración, convivencia y solidaridad. Valencia: Tirant Humanidades, 2022.

MUEHLEBACH, Andrea. **The Moral Neoliberal: welfare and citizenship in Italy**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

NAROTZKY, Susana. El proyecto en el modelo: Reciprocidad, capital social y la política del realismo etnográfico. **(con)textos**, n. 6, p. 74-99, 2016.

NAROTZKY, Susana. Reivindicación de la ambivalencia teórica: la reciprocidad como concepto clave. **Endoxa**, n. 15, p. 15-32, 2002.

NAROTZKY, Susana; MORENO FELIÚ, Paz. La reciprocidad olvidada: reciprocidad negativa, moralidad y reproducción social. **Hispania**, v. 60, n. 204, p. 127-160, 2000.

PAGLIONE, Maria Licia. **Convergenze**. Beni relazionali tra dono e analisi delle reti sociali. Roma: Città Nuova, 2023.

PARRY, Jonathan; BLOCH, Maurice (Org.). **Money and the Morality of Exchange**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

PAUGAM, Serge. **Le lien social**. Paris: PUF, 2008.

PAUGAM, Serge. **L'Attachement social**. Formes et fondements de la solidarité humaine. Paris: Seuil, 2023.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation**: the political and economic origins of our time. New York: Farrar & Rinehart, 1944.

PULCINI, Elena. **La cura del mondo**. Paura e responsabilità nell'era globale. Torino: Bollati Boringhieri, 2009.

PULCINI, Elena. **L'individuo senza passioni**. Individualismo moderno e perdita del legame sociale. Milano: FrancoAngeli, 2001.

PULCINI, Elena. **Tra cura e giustizia**. Le passioni come risorsa sociale. Torino: Bollati Boringhieri, 2020.

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone**: the collapse and revival of American community. New York: Simon & Schuster, 2000.

RIFFAUT, Hadrien; DESSAJAN, Séverine; SAURIER, Delphine et al. **Séries Solitudes** (Fondation de France / CERLIS / CRÉDOC), 2010-2025.

ROSA, Hartmut. **Resonance**: a sociology of our relationship to the world. Cambridge: Polity Press, 2019.

ROSA, Hartmut. **Social Acceleration**: a new theory of Modernity. New York: Columbia University Press, 2013.

ROTHSTEIN, Bo. Social capital in the social democratic welfare state. **Politics & Society**, v. 29, n. 2, p. 207-241, 2001.

ROTHSTEIN, Bo. **Social Traps and the Problem of Trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ROTHSTEIN, Bo; STOLLE, Dietlind. Making and breaking social capital: the impact of welfare-state institutions. **Comparative Politics**, v. 40, n. 4, p. 441-459, 2008.

SAHLINS, Marshall. **Stone Age Economics**. Chicago: Aldine-Atherton, 1972.

SCHNEIDER, David M. **A Critique of the Study of Kinship**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

SCHNEIDER, David M. **American Kinship**: a cultural account. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

SENNETT, Richard. **The Corrosion of Character**: the personal consequences of work in the New Capitalism. New York: W. W. Norton, 1998.

SENNETT, Richard. **Together**: the rituals, ple-

asures and politics of cooperation. New Haven: Yale University Press, 2012.

SIMMEL, Georg. **Soziologie**: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Leipzig: Duncker & Humblot, 1908.

SIMONDON, Gilbert. **L'individuation** - à la lumière des notions de forme et d'information. Grenoble: Jérôme Millon, 2005.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STANDING, Guy. **The Precariat**: the new dangerous class. London: Bloomsbury Academic, 2011.

STRATHERN, Marilyn. **After Nature**: English Kinship in the Late Twentieth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

STRATHERN, Marilyn. **The Gender of the Gift**: problems with women and problems with society in Melanesia. Berkeley: University of California Press, 1988.

STRAUSS, Anselm. **Negotiations**. San Francisco: Jossey-Bass, 1978.

TOBÍO, Constanza. Reciprocidad y solidaridad en las relaciones intergeneracionales: España, Francia y Noruega en perspectiva comparada.

Papers. Revista de Sociologia, v. 97, n. 4, p. 849-873, 2012.

TORSELLO, Davide. **Dono, scambio e favore**. Fondamenti e sviluppi dell'antropologia economica. Milano: Mondadori Education, 2010.

TRONTO, Joan C. **Caring Democracy**: markets, equality, and justice. New York: New York University Press, 2013.

TRONTO, Joan C. **Moral Boundaries**: a political argument for an Ethic of Care. New York: Routledge, 1993.

TURKLE, Sherry. **Alone Together**: why we expect more from technology and less from each other. New York: Basic Books, 2011.

TÖNNIES, Ferdinand. **Gemeinschaft und Gesellschaft**. Leipzig: Fues's Verlag, 1887.

VAN DIJCK, José. **The Culture of Connectivity**: a critical history of social media. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

VON SAENGER, Isabelle et al. Intergenerational care and financial support in families of older adults – a social inequality perspective in a Nordic Welfare State. **Publicações do Aging Research Center** (Karolinska Institutet), 2020-2025.

WEINER, Annette B. **Inalienable Possessions**:

the paradox of Keeping-While-Giving. Berkeley: University of California Press, 1992.

WOODWORTH, Jamie. **Our Deaths, Our-selves**: an exploration of care, community, and dying in the Swedish welfare state. Tese e publicações derivadas, Lund University, 2024.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. **L'imaginaire**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

ZELIZER, Viviana A. **Economic Lives**: how culture shapes the economy. Princeton: Princeton University Press, 2011.

ZELIZER, Viviana A. **The Purchase of Intimacy**. Princeton: Princeton University Press, 2005.



EDIÇÕES SEMINALIS

Copyright ©2026

ANTÔNIO MENEZES é professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Líder do SEMINALIS - Grupo de Pesquisa em Tecnologias Intelectuais e Aprendizagens Contemporâneas. É pesquisador em neurociências cognitivas, ciências humanas e ciências ambientais. Possui formação multidisciplinar, abrangendo diferentes áreas do conhecimento e campos disciplinares. Atuou como professor nos cursos de pós-graduação em educação e na pós-graduação em desenvolvimento e meio ambiente na Universidade Federal de Sergipe, orientando dezenas de pesquisadores entre 2009 e 2019 a partir da pesquisa de base interdisciplinar. Atualmente, dedica-se aos estudos sistêmicos da neurociência cognitiva aplicada ao ensino, tecendo articulações e dialogias com campos epistemológicos convergentes, multirreferenciais e intercríticos.





ISBN: 978-65-987271-7-8



9 786598 727178